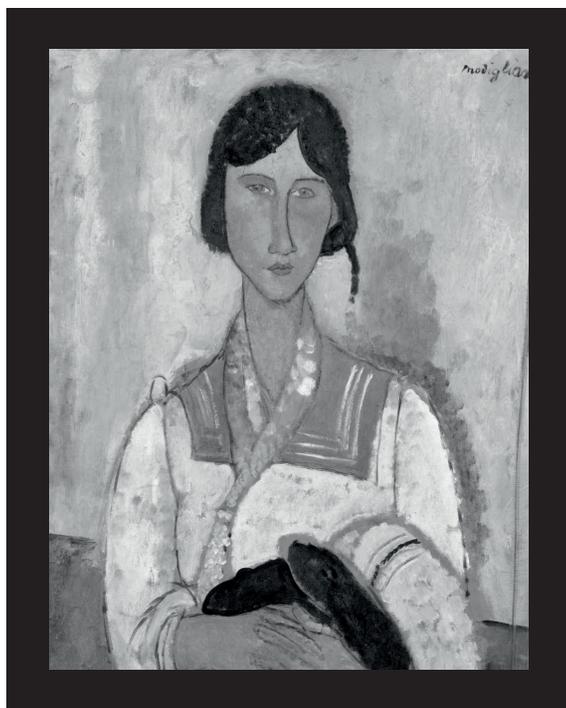


SEMINÁRIO MÚLTIPLAS DISCRIMINAÇÕES



Projeto Memória e Feminismos

FICHA TÉCNICA

Título: Seminário Múltiplas Discriminações

Coordenação editorial: Manuela Tavares e Teresa Sales

Textos: Cyntia de Paula, Eduarda Ferreira, Liliana Rodrigues, Manuel Carlos Silva, Rosa Monteiro, Manuela Tavares e Teresa Sales

Foto da capa: Amadeo Modigliani

Conceção gráfica: SEXTACOR, Soluções Gráficas, Lda.

Edição: UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta/Projeto Memória e Feminismos: múltiplas discriminações

Rua da Cozinha Económica, Bloco D, Espaços 30M e 30N

Alcântara-Rio, 1300-149 Lisboa

Tel: 218 887 005

Email: umar.sede@sapo.pt

Tiragem: 150 exemplares

Data: agosto de 2018

Este livro foi subsidiado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) no âmbito do projeto “Memória e Feminismos: Múltiplas Discriminações”.

Alguns textos presentes nesta edição não seguem o novo acordo ortográfico.

ÍNDICE

- 5 | Introdução**
Teresa Sales - Coordenadora do Projeto
- 7 | Prefácio**
Manuela Tavares - CIEG ISCSP
- 11 | Múltiplas Discriminações**
Intervenção da Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade de Género - Rosa Monteiro
- 19 | Género e classe: por uma articulação conceptual pluridimensional**
Manuel Carlos Silva - CICS. Nova UMinho
- 33 | Problematização do feminismo interseccional: o lugar das pessoas trans(género) no Brasil e em Portugal**
Liliana Rodrigues, Nuno Santos Carneiro e Conceição Nogueira
- 59 | Testemunhos**
- 61 | Mulheres lésbicas, bissexuais e/ou trans**
Euarda Ferreira - Psicóloga Educacional. Investigadora
- 69 | Ser mulher. Ser imigrante**
Cyntia de Paula - Presidente da Casa do Brasil. Psicóloga e doutoranda em Estudos de Género
- 73 | Mulheres Ciganas: uma aposta na educação das mulheres**
Texto elaborado por Teresa Sales com base nas intervenções das mulheres de etnia cigana
- 79 | Mulheres trabalhadoras do sexo**
Texto elaborado por Teresa Sales com base nas intervenções das mulheres trabalhadoras do sexo

INTRODUÇÃO

Teresa Sales

*Coordenadora do Projeto Memória e Feminismos
Múltiplas Discriminações*

A igualdade de género é algo pela qual as feministas se debatem há muito tempo neste país. No contexto da igualdade de género, deparamo-nos diariamente com os estereótipos que assolam o espaço público. A mentalidade sexista e patriarcal inculcada na sociedade é deveras difícil de combater. Os estereótipos são uma forma encriptada de discriminarmos o outro/a – as pessoas diferentes da “norma comum”. Transmitem-se de uma forma velada e opressora.

Podemos dizer que basta ser Mulher para se ser discriminada. Todas nós passámos por isso, em algum momento da nossa vida – quer tenha sido na escola, no trabalho ou mesmo no espaço público. Contudo, o género não é o único fator de discriminação – a classe social, a raça ou etnia, as orientações sexuais estabelecem relações entre si, consubstanciando sistemas de opressão. Neste contexto, encontramos grupos sociais mais vulneráveis às discriminações.

Interessou-nos, pois, como associação feminista ouvir algumas mulheres representantes destes setores de maior vulnerabilidade e refletir sobre a problemática das múltiplas discriminações, através de um ciclo de tertúlias. Deste grande grupo de mulheres, à margem da sociedade maioritária, foram convidadas para as nossas tertúlias – mulheres lésbicas e transexuais; mulheres imigrantes; mulheres ciganas e trabalhadoras do sexo. A interseccionalidade foi considerada quer no processo de seleção das participações de cada grupo de mulheres, quer na programação do Seminário Final.

A realização deste seminário apontou para dois pontos fundamentais da política feminista - a ligação da *praxis* à teoria. Neste contexto, as conclusões das tertúlias foram apresentadas no Seminário, por uma representante de cada grupo abordado. Noutro painel tivemos a participação de investigadores/as que nos trouxeram a problemática da interseccionalidade. Contámos ainda com a participação da Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade que traçou as linhas programáticas do governo na área da Igualdade.

Este livro é o resultado do que se passou no seminário mencionado, contando com os textos quer teóricos, quer aqueles que são procedentes das falas das mulheres presentes nas tertúlias. De notar que neste último caso, respeitámos a oralidade destas mulheres.

Este livro é o culminar do projeto Memória e Feminismos - Múltiplas Discriminações, da UMAR, que conta com o apoio da Pequena Subvenção da CIG.

Não queremos deixar de agradecer a todos/as participantes neste Seminário e que tornaram possível este momento especial de partilha.

Uma palavra para agradecer a todas as voluntárias que nos acompanharam no decorrer deste projeto possibilitando a concretização dos vários eventos.

A todas vós, um grande bem-haja!

Elas são mulheres, elas pensam nos problemas das mulheres. Elas são fantásticas!

PREFÁCIO

Manuela Tavares

Investigadora no CIEG - ISCSP

"A história do feminismo está marcada pela procura de ferramentas analíticas para compreender as distribuições diferenciadas de poder que situam as mulheres em posições desiguais e, com base no conhecimento, modificar essas posições. Os conceitos de interseccionalidade e de categorias articuladas fazem parte dessa história".

Adriana Piscitelli, 2008

O projeto da UMAR, Memória e Feminismos na sua edição "Múltiplas Discriminações" remete-nos para uma abordagem interseccional como forma de colocar em evidência a articulação entre várias formas de subordinação e discriminação.

Tal como afirmou Maria José Magalhães na sua comunicação no seminário final, a articulação entre várias formas de discriminação não pode excluir o sujeito político "mulheres", um sujeito plural onde as mulheres são diferentes em termos de classe social, orientação e identidade sexual, regiões de origem, situações étnico-raciais, tipo de trabalho desenvolvido, incluindo o trabalho sexual.

Deste modo, neste projeto libertaram-se as vozes de mulheres imigrantes, mulheres negras, lésbicas e trans, trabalhadoras sexuais, mulheres ciganas numa polifonia de articulações que não resultam apenas de um acumular em diversas camadas das discriminações. Algo se gera de novo, nesse ecoar de vozes.

E nesse ecoar de vozes precisamos de ter em consideração os contextos históricos. As discriminações sentidas pelas mulheres imigrantes brasileiras, com base no estereótipo da sua hipersexualização, têm origem na colonização dos corpos das mulheres, corpo sempre disponível para os primeiros colonos de

há mais de cinco séculos atrás. Também podemos dizer que a identidade “mulher imigrante brasileira” não existe, porque elas também são diferentes, conforme refere Cyntia de Paula: “Eu, enquanto mulher brasileira branca, qualificada, se calhar tenho uma experiência também diferente de outras mulheres brasileiras negras, de outros contextos socioeconômicos”.

Segundo o sociólogo Manuel Carlos Silva, na sua comunicação no seminário final do projeto: “para explicar a diversidade de formas de exploração e dominação nomeadamente das mulheres é hoje cada vez mais sustentada e com justeza a teoria da interseccionalidade que cruza diversos conceitos tais como género, classe e raça/etnia, para o que contribuíram, em primeira instância, feministas afro-descendentes e outras (Crenshaw, 2000, McCall 2005, Walby, 2007, Nogueira, 2013), embora importe não ignorar o contributo seminal de Weber (1978) em termos teórico-metodológicos, nomeadamente a sua perspetiva pluricausal e pluridimensional das formas de exclusão e desigualdade social”.

O debate sobre Interseccionalidades permite ver que existem diferentes perspetivas de abordagem, que podem dar maior ou menor poder de agência, ou seja à capacidade de agir para mudar.

Não sendo o género o único fator de discriminação das mulheres, conforme apontavam já na década de 1970, as feministas marxistas/socialistas que sempre diferenciaram as mulheres em função das classes sociais, o certo é que só a partir dos finais de década de 1980 se começaram a valorizar outras categorias passíveis de articulação. A historiadora Joan Scott que assumiu um grande compromisso com o conceito de género, admitia a possibilidade de uma nova história, onde emergisse também as questões de classe e de “raça”. (Scott, 1988). Judith Butler, em 1990, em *Gender Trouble*, introduz o carácter performativo do género, afastando-o do binómio masculino e feminino, abrindo espaço para os direitos das pessoas trans e intersexo.

Esta nova realidade conceptual de fluidez de identidades ligada à noção pulverizada de poder de Foucault (1977) pode dar origem a um menor poder de agência por parte dos grupos discriminados. Mas, também pode resultar em transformar a linguagem e o discurso, onde a produção de saber e significação são atos de poder conforme refere Karla Bessa em 1995.

Deste modo, a abordagem construcionista da Interseccionalidade por parte de Anne Mcklintock (1995) e de Avtar Brah (2004), as categorias existem em função da articulação entre elas. Elas não são idênticas entre si, mas existem nas relações íntimas e contraditórias. Nas encruzilhadas dessas contradições é possível encontrar estratégias para a mudança.

A intervenção de Alexa Santos, no seminário, creio que se perfila, na complexidade de se assumir como negra e lésbica e as contradições de não se sentir “acolhida” em nenhum desses espaços identitários. “Acho que temos tendência a categorizar e há muito poucos espaços onde possamos ser complexos e todos e uno identidades” (Alexa Santos).

Também Eduarda Ferreira ao considerar que a visibilidade lésbica é motor de mudança social, não deixa de se questionar sobre o papel das identidades fechadas, numa época em que as realidades são muito mais fluídas.

Uma outra abordagem sobre Interseccionalidade surge de autoras como Kimberlé Crenshaw (2000) que tem uma leitura sistémica das múltiplas discriminações. Género, classe e “raça” são pensados como sistemas de dominação e opressão que determinam identidades. Estas relações de poder geram contradições possibilitando aos sujeitos, poder de agência, contribuindo para o empoderamento dos grupos subordinados.

Nos depoimentos das mulheres ciganas é possível encontrar uma leitura sistémica das suas discriminações “Nós quando nascemos somos criadas para ser boas mães, boas donas de casa e boas vendedoras”; Eles não estudam porque não querem e nós não estudamos porque não nos deixam”. Sendo nós mulheres, todas nós sofremos com isso; sendo nós mulheres ciganas, ainda sofremos muito mais discriminação. Quem vai à frente é o homem e a mulher vai sempre atrás”. (Alzinda Carmelo).

O empoderamento deste grupo subordinado, passa, segundo as mulheres ciganas, pela educação como forma de se afirmarem nas próprias comunidades.

No que respeita às Trabalhadoras Sexuais, estas consideram que precisam de se afirmar como pessoas com direitos, que não estão à margem da sociedade. “Enquanto o Estado não nos der direitos, porque é que tenho que ser catalogada?” (Mariana). “Nós não vendemos o nosso corpo, nós vendemos um serviço, nós vendemos tanto o nosso corpo como um mineiro ou qualquer trabalhador de serviços vende o seu corpo (Melina).

A articulação entre trabalhadora sexual e imigrante surge de forma clara também pela voz de Melina: “Para mim, o grande problema da regularização, tem a ver com a migração. Porque pessoas que não tenham documentos vão sempre sofrer, se a regularização tiver que ser segundo uma inscrição em que temos de dar os nossos dados, acho que isso é um problema. Aquilo que acho que estamos a pedir é termos direitos laborais”.

Margarida afirma também que “as únicas pessoas que deviam escrever as leis sobre trabalho sexual deviam ser trabalhadoras/es sexuais”. “Infelizmente continua a ser um trabalho onde nós podemos ser alvo de violência, exactamente pelo facto que a sociedade nos vê como alguém que não merece humanidade. Ou seja, as pessoas que são violentas connosco, são pessoas que não nos vêem como humanas. Esse é um dos maiores problemas. ”Infelizmente o trabalho do sexo divide bastante o feminismo. Algumas mulheres feministas não percebem que, o facto da violência ser connosco também representa a violência para todas as mulheres. Acho que só quando o feminismo aceitar as trabalhadoras do sexo é que vai ser realmente feminismo”.

Retiramos do pensamento da Margarida a necessidade de “agência” por parte das trabalhadoras do sexo, como categoria oprimida e marginalizada da sociedade. Trata-se de um sistema alicerçado numa moral sexual preconceituosa e conservadora que as atira para as margens da sociedade.

Retomando algum pensamento de Maria José Magalhães na sua comunicação, a transformação social exige pensamento e ação coletiva, apesar das diferenças que sempre existiram e existem entre as mulheres. Como mulheres e feministas sabemos que qualquer transformação social só é possível através do coletivo que integre o grito pelo reconhecimento de mulheres negras, ciganas, lésbicas, trans, imigrantes e trabalhadoras do sexo.

Bibliografia

- Bessa, Karla (1995), Pós-modernismo, Mimeo, IFCH.
- Brah, Avtar, Phoenix, Ann (2004), “Ain’t I a Woman? Revisiting Intersectionality”, *Journal on International Women’s Studies*. 5.3 may, pp 75-86.
- Butler, Judith (1990), *Gender Trouble*, New York, Routledge.
- Crenshaw, Kimberlé (2000), “Race Reform and Retrenchment. Transformation and Legitimation in antidiscrimination Law” in L.Back e J. Solomos (orgs), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 549-560
- Foucault, Michel (1977), *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, Rio de Janeiro, Graal.
- Mcklintock, Anne (1995), *Imperial leather, Race, gender and sexuality in colonial contest*, Routledge.
- Nogueira, Conceição (2013), “A teoria da interseccionalidade nos estudos de género e sexualidades: condições de produção de ‘novas possibilidades’ no projeto de uma psicologia feminista crítica” in A.L.Brizola et al. (orgs), *Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos*, Florianópolis: Abrapso/Nuppe/CFH/UFSC.
- Piscitelli, Adriana (2008). “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras”, in *Sociedade e Cultura*, v.11, n° 2, Julho/Dezembro, p.263-274.
- Scott, Joan (1988), *Gender and the politics of History*, Columbia, University Press.

MÚLTIPLAS DISCRIMINAÇÕES

Rosa Monteiro

Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

É com muito gosto que assinalo o culminar deste projeto marcante: Por um lado, enquadra-se numa linha de trabalho que já vem pelo menos de 2012 e que tem sabido crescer e inovar;

Por outro, a ênfase colocada nos testemunhos e nas experiências concretas permite dar um contributo fundamental para uma História das Mulheres em Portugal – não há feminismo sem memória, nem memória sem justiça.

Gostava precisamente de começar por falar de experiências concretas.

Maria, mulher negra, originária da Guiné-Bissau, era professora numa escola secundária até deixar o seu país. Em Portugal começou por trabalhar como empregada doméstica ‘interna’, em casa de uma família que contava com a sua disponibilidade a qualquer hora do dia ou da noite.

Com a ajuda de uma tia conseguiu deixar esse trabalho e empregar-se noutras casas, contratada à hora. Diziam-lhe que era só para limpar, só para passar a ferro; mas cedo as tarefas aumentavam enquanto o horário de trabalho e o pagamento não mudavam.

Nenhum patrão lhe fez contrato de trabalho nem descontos para a segurança social. Só conseguiu autorização de residência num período de regularização extraordinária.

Em várias das casas onde tem trabalhado, a sua presença permite que ambos os elementos do casal se dediquem a tempo inteiro às respetivas atividades profissionais.

Embora trabalhe há mais de vinte anos no setor, Maria desconhece que exista uma lei para o trabalho doméstico em Portugal. Mas diz: “Era muito importante haver uma lei [...] e as pessoas saberem os seus direitos e os seus deveres”

Outro elemento interessante. O relatório mais recente sobre discriminação homofóbica e transfóbica da ILGA Portugal dá conta de dois casos em que se cruzam motivos de vulnerabilidade:

- Num dos casos, a vítima é um jovem LGBTI de uma família cigana;
- No outro caso é uma jovem LGBTI com mobilidade reduzida.

Além destas, outras queixas recolhidas pelo Observatório da Discriminação da ILGA Portugal dão conta de formas de discriminação que acrescem à violência sobre pessoas LGBTI, tais como o racismo e a xenofobia; ou o preconceito contra pessoas com HIV/SIDA.

Estes casos ajudam-nos a reconhecer a importância da interseccionalidade: é com ela que entendemos como as opressões se cruzam – somando-se ou multiplicando-se – e como as experiências de desvantagem e de discriminação são, também elas, variadas e específicas.

De facto, a perspetiva da interseccionalidade cresceu na confluência de várias críticas:

- Críticas ao paradigma de um feminismo único ou essencialista, que assenta numa abordagem à igualdade dominada por realidades e aspirações de mulheres brancas, de classes afluentes, resignadas à lógica individualista e polarizadora do sistema capitalista.
- Críticas a um antirracismo essencialista ancorado nas experiências e na posição socioeconómica dos homens negros.

Numa das suas palestras mais recentes, Kimberlé Crenshaw – investigadora norte-americana – explica como desenvolveu o conceito de interseccionalidade, ainda nos anos 80, a partir do caso de uma mulher negra que tinha sido discriminada no acesso ao emprego.

A queixa desta mulher não foi atendida pelo tribunal pois a empresa alegava que contratava negros e mulheres. Mas, de facto, todos os negros recrutados pela empresa eram homens (operários na fábrica) e todas as mulheres eram brancas (administrativas na sede).

“Não havia nome para este problema. E sabemos que, quando não há nome para

um problema, não conseguimos ver esse problema. E, quando não conseguimos ver um problema, não conseguimos resolvê-lo.” Kimberlé Crenshaw

Crenshaw define a interseccionalidade como uma forma de pensar a relação entre identidade e poder – uma lente que permite ver onde está o poder e onde convergem os eixos de desigualdade.

A abordagem da interseccionalidade interpela-nos hoje de forma premente, pela recusa que estabelece de um sujeito coletivo unitário e homogêneo – em termos de representação descritiva, e em termos de representação substantiva.

Leva-nos a questionar:

- A que grupos sociais tem sido dada a voz enquanto ‘classe oprimida’?
- Entre as mulheres, quais têm sido escutadas e quais têm conseguido avanços nas suas lutas?
- Quais, em contrapartida, têm ficado para trás – sem representação, sem atenção, sem solidariedade?
- Como têm os próprios movimentos de mulheres integrado a diversidade?

- E quanto ao movimento sindical? E o movimento LGBTI? Entre outros...
Se o sexo continua a ser o denominador comum de todas as discriminações e violências que impendem sobre as mulheres, a desvantagem amplifica-se no caso, por exemplo, de uma mulher negra, ou de uma mulher idosa pobre, ou de uma rapariga cigana...
As necessidades específicas que daí decorrem têm de ser tomadas em consideração nas respostas – por parte das instituições públicas, por parte da sociedade civil, por parte das empresas.

A interseccionalidade tem sido promovida no trabalho que desenvolvo. Alguns exemplos:

Estamos a rever o modelo de protocolo com os municípios, com vista (entre outras coisas) à promoção da interseccionalidade ao nível das políticas locais.

Também a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania pretende capacitar docentes e estudantes para prevenir múltiplas formas de desigualdade e discriminação, reforçando o combate aos estereótipos.

No cruzamento de sexo e origem racial e étnica, a preocupação com a mutilação genital feminina traduz-se no apoio a quatro projetos de ONGs nesta área e à pós-graduação 'Saúde Sexual e Reprodutiva: Mutilação Genital Feminina', destinada a profissionais de saúde, numa parceria com a Escola Superior de Saúde de Setúbal e a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa.

Também o nosso trabalho no combate à discriminação em razão da orientação sexual, da identidade e expressão de género e das características sexuais assenta na articulação com outros fatores de desigualdade e contribui para a proteção e afirmação de mulheres lésbicas, bissexuais, trans e intersexo.

A perspetiva da interseccionalidade é reforçada com a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – Portugal + Igual, que lança um novo ciclo programático para 12 anos, alinhado no tempo e na substância com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Esta Estratégia reconhece as necessidades de grupos sociais específicos e inclui medidas dirigidas a formas de desigualdade, que resultam do cruzamento do sexo com a idade, a origem racial e étnica, a deficiência, a nacionalidade, a orientação sexual, entre outras.

Isto passa, desde logo, por integrar a igualdade entre mulheres e homens no combate à pobreza e exclusão social e direcionar medidas de política pública para grupos específicos, por exemplo:

- Concurso para projetos a nível local e regional que visam aumentar a liderança e a participação cívica e política de mulheres e raparigas.
- Concurso EEA Grants para o desenvolvimento de projetos-piloto e a criação de instrumentos a nível local para prevenir a violência contra as mulheres e a violência doméstica em grupos vulneráveis, como mulheres migrantes, com deficiência, idosas ou ciganas.
- Em articulação com o Ministério da Educação, realização de atividades de promoção do ensino e de combate ao abandono escolar para crianças ciganas, particularmente raparigas.
- Promoção de ações de alfabetização e capacitação de mulheres idosas e alargamento do respetivo acesso às TIC, fundamental para a inclusão digital.

- Combate à segregação sexual das profissões e atenção a grupos de trabalhadoras que têm merecido pouca atenção, como é o caso das trabalhadoras domésticas – elaboração de livro branco sobre o trabalho doméstico remunerado com vista à revisão da legislação à luz da Convenção nº 189 da OIT.

Especificamente no sentido de assegurar um trabalho mais eficaz e especializado no terreno:

- Capacitação de profissionais para a intervenção junto de vítimas em situação de especial vulnerabilidade, nomeadamente mulheres ciganas, idosas, com deficiência, migrantes, refugiadas, lésbicas – 275 pessoas formadas até 2021 (em articulação com MTSSS, ONGs e instituições do ensino superior).

- Ações de capacitação dos recursos humanos de CIG, CITE, IRN e ACM sobre novas dimensões da igualdade e não discriminação, designadamente sobre discriminação interseccional – a primeira já em 2018, e duas por ano até 2021.

Estas são apenas algumas das medidas que materializam o meu compromisso com a interseccionalidade e o combate às desigualdades múltiplas.





Mesa de abertura do Seminário Múltiplas Discriminações

GÉNERO E CLASSE: POR UMA ARTICULAÇÃO CONCEPTUAL PLURIDIMENSIONAL

Manuel Carlos Silva

*Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais
(CICS.Nova UMinho)*

1. Introdução

Vários estudos já realizados a nível nacional e internacional apontam para a reprodução da desigualdade em termos de território, de classe, étnicos e de género, medida em termos de acesso a recursos e recompensas, nomeadamente índices de padrões de consumo, de bem-estar e qualidade de vida por classe, etnia, género, nacionalidade, idade. Se relativamente às desigualdades de classe nos espaços urbanos e sobretudo rurais há já vários estudos notáveis, nomeadamente desde os anos 80 – os quais evidenciam persistentes desigualdades de classe em diversas dimensões (produtiva e reprodutiva) e contextos (laborais, interações quotidianas, valores e regulações simbólicas, enquadramentos organizativas e institucionais nomeadamente estatais), sobretudo nos últimos vinte anos têm sido realizados inúmeros estudos e de grande qualidade sobre desigualdades de género¹.

Combinando pesquisa fundamental e aplicada, estamos hoje em condições de mapear os diversos tipos de desigualdades sociais e aumentar o conhecimento científico na compreensão e explicação dos processos de (re)produção das mesmas numa perspetiva pluricausal e plurinível: societal, organizacional e interativa, como veremos. Porém, o conhecimento existente teórico e empírico e o que prospectivamente se pode acumular exige também agir social e politicamente, de modo a reduzir desigualdades sociais em termos de classe e de género.

¹ Cf, entre outros/as, A.N. Almeida 1985, Ferreira 1993 e 1999, Amâncio 1994, Guerreiro 1998, Magalhães 1998, Guerreiro e Perista 1999, Torres 2001 e 2002, A. Almeida et al 2003, Wall 2007, M.V.Almeida 2000, Marques, Silva e Veiga 2006, Machado 2007, Kóvacs e Casaca 2008, Viegas e Faria 1999, Lisboa et al 2006, Aboim 2010, G.G. Santos 2010, Aratijo 2010, S. Silva 2010, Brandão 2010, Tavares 2011, Schouten 2011, Casaca 2012, M.M. Pereira 2012, Santos e Amâncio 2012.

Centrando-nos no campo das desigualdades de gênero, os objetivos e estratégias têm consistido em analisar como, onde e porquê se verificam as desigualdades e discriminações explícitas, (semi)ocultas ou invisíveis de gênero na hierarquização dos papéis sexuais, no acesso e na segmentação do mercado de trabalho, nos salários e na progressão nas carreiras, na desigual divisão sexual do trabalho doméstico, na orientação sexual e sobretudo nas formas de violência doméstica. Contrariamente a fechamentos disciplinares e sobretudo a oposições, por um lado, entre perspectivas liberais e marxistas e, por outro, entre marxistas e feministas radicais não marxistas, caminhamos e bem para uma conceção multidimensional e interseccional de gênero, classe e etnia de modo explicar as desigualdades de gênero.

Mas talvez não fosse despidendo fazer um breve exercício de memória histórica para, numa ótica de tempo longo, percebermos que a humanidade fez um percurso notável, ainda que lento. Basta compararmos, antes de mais, o tempo das conceções filosóficas de Aristóteles - para quem assim como era da natureza haver homens livres e escravos, também era da natureza a relação entre o homem e a mulher, que um é mais, a outra é menos e que o primeiro manda e a segunda é mandada e que tal acontecia porque “elas não possuíam o ser naturalmente dominante” (Aristóteles, s/d, 1951:1254b). Por sua vez, se o Cristianismo questionou o escravagismo, já no que se concerne a mulher, não só na narrativa do antigo testamento a mulher era o ser particular derivada da costela de Adão visto este como ser universal, como no novo testamento S. Paulo aconselhava os que “os maridos deveriam amar as suas mulheres, mas que as esposas deveriam ser submissas e obedecer aos seus maridos” (carta aos Efésios 5.3.3).

A Idade Média, orientada por pressupostos aristotélico-escolásticos de Tomás de Aquino e demais padres da igreja, viria a regredir no que respeita o controlo e a repressão das mulheres, nomeadamente com interditos no campo da sexualidade, cujas conceções têm perdurado ao longo de séculos até à modernidade. Seria preciso esperar pelo iluminismo que, não obstante a sua limitação filosófica e incoerência política do não reconhecimento e igualdade de direitos das mulheres, quebrou a justificação filosófica e teológica da submissão da mulher ao homem. Para Rousseau (1995/1755), que distinguia duas formas de desigualdade – natural resultante da contingência da lotaria genética e a moral política, expressa na desigualdade de posições sociais – o homem, além de bom por natureza, seria igual por nascimento, derrubando as justificações divinas ou naturais da desigualdade social.

Não obstante estes notáveis avanços, em tempo logo, nas concepções sobre as (des) igualdades de género desde as sociedades escravagistas e feudais, despóticas e autocráticas – todas elas fortemente patriarcais – vários estudos (inter)nacionais evidenciam a imbricação entre capitalismo e patriarcado (Hartman 1982). Ou seja, não obstante a abolição de feudos e a ruptura de barreiras na circulação de capitais e força de trabalho em relação aos sistemas anteriores ao capitalismo, persistem discriminações adscritivas e são recorrentes os conflitos em função do sexo e do género (amiúde a par de outras na base da classe, da raça, da etnia ou nacionalidade). A questão que hoje se coloca nas convencionadas sociedades democráticas é a seguinte: como é que, a par de outras divisões e desigualdades referidas, se distribuem hoje recursos e recompensas por homens e mulheres?

2. Breve síntese das teorias sobre desigualdades de género

Sem pretender desenvolver ou aprofundar as diversas teorias que têm sido avançadas por diversos autores, poderá ser adequado e útil sintetizar brevemente algumas das concepções e correntes explicativas das desigualdades de género mais desenvolvidas noutra lugar (Silva 2016):

- i. concepções socio-biológicas: com base no fenótipo sexual, pelo qual o homem seria o elemento ativo e mais predisposto ao combate e ao exercício de funções exteriores e públicas, enquanto as mulheres, devido à sua constituição física e biológica, seriam mais predispostas a atividades interiores, orientadas para a procriação e o cuidado, posicionamento este ideológico com lastro aristotélico judaico-cristão, patriarcal e inclusive social-darwinista, justificativo da dominação do social e politicamente mais forte: o homem.
- ii. algumas teorias psicológicas, as quais apontam para contextos de socialização familiar e escolar com os seus códigos normativos e correspondentes papéis masculinos e femininos, sendo sobretudo ainda de destacar a concepção de Freud (1975), segundo o qual os diferentes comportamentos de género explicar-se-iam, em última instância, pela posse ou na ausência de pénis, respetivamente nos rapazes e nas raparigas, perspectiva esta que viria a ter a contestação indignada mas fundada das feministas.
- iii. a orientação sociológica estruturo-funcional de cariz axio-normativo (cf. Parsons 1956), focalizada nos processos de socialização com a correlativa diferenciação códigos e funções ou papéis: o instrumental, enquanto ganha-pão, exercido pelo homem e o expressivo, materializado na tarefa nuclear de cuidar em termos afetivos ou emocionais, destinado à mulher.

- iv.** a abordagem interacionista-simbólica e transacionalista que, em reação ao enfoque estruturalista assente nos constrangimentos axio-normativos da atribuição de funções e papéis por parte do sistema, sublinha a partilha de vivências e a construção de identidades ora masculinas ora femininas na base da iniciativa e capacidade de interação e negociação dos atores sociais em presença (Mead 1934, Goffman 1974);
- v.** a perspectiva marxista tradicional (cf. Zaretsky 1973, Braverman 1974), a qual salienta a divisão sexual do trabalho, mas remete em última instância, para as desigualdades de género para a hierarquização, a exploração e a dominação de classes, nos diferentes modos de produção, nomeadamente no capitalista;
- vi.** a abordagem (neo)weberiana (cf. Weber 1978:359 ss) que, realçando a importância do modelo organizacional, da autoridade ou poder, detido maioritariamente por parte do homem em vários níveis e setores (na casa, na escola, no trabalho extradoméstico), repercute-se na subordinação das mulheres em diversos campos;
- vii.** as perspectivas feministas (cf. Millet 1974, Roberts 1984, Ortner e White 1988, Firestone 1976, Walby 1997, Crompton 2003), que têm destacado a importância do conceito de género e da dominância patriarcal para explicar as discriminações na base do género e do poder masculino nomeadamente no contexto familiar, conceção esta inspirada em Beauvoir (2008/1949) e Foucault (1992), entre outros.

Se procurarmos estabelecer uma perspectiva teórica consistente, para além de abandonar posições (pseudo) teóricas marcadamente ideológicas como as sociobiológicas, algumas teorias psicologistas e as teorias estruturo-funcionais – também elas justificativas dos processos de exploração e dominação das mulheres, hoje se torna cada vez mais evidente rejeitar modelos monocausais. Mais, numa perspectiva interseccional já desenvolvida por várias/os autores, torna-se, no meu entender, imprescindível cruzar e articular conceitos de género e de classe, recuperando os legados feministas e cruzando-os com as perspectivas marxista, weberiana e interacionista. Com efeito, importa analisar as formas de dominação e opressão feminina com outras formas de dominação e opressão não só a nível estatal como nas várias esferas da dita sociedade civil e dos mecanismos alegadamente impessoais do mercado, bem como na esfera doméstica e no quotidiano das relações de género. Assim, em clara oposição às teses (neo) liberais, que ignoram ou ocultam as relações de exploração e as remetem para factores de ordem político-jurídica e, em contraponto a posições marxistas ortodoxas que tendem a subestimar o papel dos próprios homens

na reprodução ou no reforço da discriminação feminina, as velhas relações patriarcais, mesmo quando minoradas ou diminuídas, não desapareceram mas acomodaram-se e imbricaram-se no sistema capitalista e nas relações patriarcais a vários níveis e nos espaços públicos e privados.

3. Por uma revisitação dos conceitos de produção e reprodução: novos contornos no velho e atual debate entre marxismo e feminismo

A tradicional visão marxista, tendo-se focalizado demasiado na produção, quer de objetos, quer de seres da espécie humana, suscitou diversas críticas, particularmente da parte da teoria feminista que deslocou o acento tónico para a família como a instituição nuclear da reprodução social, a qual, a par ou em articulação com outras instâncias, criaria os mecanismos de suporte propiciadores das condições específicas necessárias à produção dentro e fora da casa.

Avaliando as várias conceções sobre as desigualdades de género atrás referidas, considero extremamente aliciante o debate recorrente entre os/as marxistas e as feministas, propondo a este respeito um casamento oficializado que, após os primeiros encontros informais e lutas nos sindicatos, nos diversos movimentos sociais e nas práticas sociais da vida quotidiana, conduza a equacionar e articular de modo fecundo o velho-novo problema em torno da relação entre classe e género.

Em primeiro lugar, está, portanto, em causa a perspetiva tradicional marxista que, ao centrar-se no modo de produção, secundarizou ou subestimou o processo de reprodução que, em relação às questões do género é nuclear, sendo possível fundamentar esta posição a partir duma nova leitura dos próprios escritos de Marx e Engels desde a Ideologia Alemã (1976), passando por O Capital (Marx 1974) até à Origem da família, da propriedade privada e do Estado de Engels (1980/1884). Esta última é certamente a obra onde surge com maior clareza a centralidade determinante não só da produção como da reprodução social: *“De acordo com a concepção materialista da história, o factor decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção dos meios de subsistência, de produtos alimentícios, roupa, habitação e instrumentos necessários para tudo isso; do outro lado, a produção do próprio homem, a produção da espécie”* (Engels 1980/1884:8).

Tal como na relação entre o modo de produção capitalista e os demais modos de produção não capitalistas (camponês, artesanal, tributário), em que estes são subsumidos e incorporados por aquele sob formas de coexistência subalternizada em função da necessidade de reprodução e expansão do capitalismo, assim também o trabalho doméstico, histórica e usualmente feminino, desempenha um papel crucial na criação de valor, servindo assim os objetivos de produção e de reprodução do sistema. Trata-se assim da articulação entre o trabalho assalariado fora de casa e das formas de trabalho domésticas não capitalistas utilizadas pelo próprio modo de produção capitalista, perspectiva esta que obriga a abandonar a homologia dual de que, enquanto ao homem pertenceria a esfera da produção, à mulher caber-lhe-ia a esfera da reprodução.

O próprio conceito de reprodução social aplicado à economia e à sociedade comporta inexoravelmente, nas esferas da produção, distribuição e consumo, relações e trocas, quer dos seres humanos entre si, quer destes com a natureza e os ecossistemas envolventes, processos e relações que se repercutem nas próprias relações interfamiliares e intradomésticas. Nesta ótica, o processo de reprodução implica processo de produção e vice-versa: *“Nenhuma sociedade pode deixar de consumir, nem pode, portanto, deixar de produzir. Por conseguinte, todo o processo social de produção considerado nos seus constantes vínculos e no fluxo ininterrupto de sua renovação é, ao mesmo tempo, um processo de reprodução”* (Marx 1974:515).

Para Harris e Young (1981:113) dever-se-ão distinguir três sentidos de reprodução social consoante a amplitude e o nível de abstração envolvidos: (i) enquanto reprodução duma determinada sociedade ou formação social; (ii) enquanto reprodução da força de trabalho; (iii) e enquanto forma de produção de seres humanos, ou seja, de reprodução biológica da espécie. Se esta última constitui uma condição necessária da reprodução da formação social, as condições e respetivas taxas de reprodução humana não derivam simplesmente da reprodução da sociedade como um todo. Do mesmo modo, a reprodução do trabalho adequadamente socializado é igualmente condição necessária mas não suficiente da reprodução social, pelo que implica os portadores de relações sociais específicas, incluindo também os não produtores. Enquanto o conceito de reprodução social na primeira aceção, em termos sistémicos e ao nível mais abstrato – aliás tratado por Marx (1974) ao analisar o circuito recorrente da reprodução do capital (produção-circulação-consumo-produção) –, pressupondo ou não as relações do género, não exige necessariamente a diferenciação homem-mulher, já, porém, nos dois subseqüentes sentidos a inclusão da discussão sobre

o género torna-se imprescindível, uma vez que é não só sob condições concretas de dominação e subordinação capitalista de homens por homens mas também de género (ou seja, de mulheres por homens e de homens por homens quanto ao controlo da circulação/distribuição das mulheres) que a reprodução alargada do capital ocorre e, eventualmente, se intensifica. Consequentemente, tal pressuposto exige que, tal como a aplicação de categorias do modo de produção capitalista a modos de produção não capitalistas comporta indevidamente definições negativas às respetivas classes sociais destes últimos (cf. Silva 1987), também para dar conta das desigualdades de género, o clássico conceito de classe é insuficiente e, por isso, terá de ser requestionado, reequacionado e complementado com outras categorias específicas e, neste caso, por categorias associadas ao género. Ou seja, os processos de acesso e controlo do trabalho em sociedades não capitalistas são co-determinados por outros critérios que não apenas nem sobretudo os do mercado de trabalho mas mais por fatores tais como as relações de parentesco, filiação, idade, controlo sobre o processo de circulação, prestígio, poder e outros fatores (cf. Meillassoux 1977, Casares 2008). Donde, o controlo quer sobre o trabalho, quer sobre a sexualidade feminina e a capacidade reprodutiva das mulheres, quer ainda sobre a força de trabalho destas e da dos seus próprios filhos nomeadamente através do casamento difere de sociedade para sociedade, aspetos estes todavia centrais para aferir a importância das relações do género para a reprodução social.

É nesta óptica que Harris e Young (1981:124 ss), procurando suprir uma lacuna na tradição marxista e na própria antropologia em geral mais ocupada com os mecanismos de transmissão da propriedade, assinalam a importância fulcral da reprodução do trabalho, a qual, sendo condição *sine qua non* da reprodução social, abrange três aspetos: (i) a alocação e a subsequente reprodução dos indivíduos através de práticas matrimoniais predominantemente endogâmicas no seio de determinada classe; (ii) a reprodução ideológica do trabalho adequadamente socializado em determinadas práticas, normas e valores culturais, o que é cultivado a partir das primeiras fases do processo de socialização doméstica e escolar, aspeto este destacado por Bourdieu e Passeron (1975); e (iii) a manutenção quotidiana das condições de vida materiais (alimentação, vestuário, ‘recreação’), aspetos estes onde, como já referi, o tradicional trabalho doméstico feminino e as demais condições da estrutura da família têm sido cruciais para os processos não só de reprodução como de produção. Embora, em qualquer destes três aspetos, a mulher ocupe uma posição central, o trabalho doméstico, entendido numa visão androcêntrica como trabalho apenas reprodutivo, subsumido no chamado sector informal ou enquadrável no trabalho dito comunitário, amiúde considerado de baixo estatuto social e até, por vezes, não-trabalho, constitui parte integrante, a

par doutros serviços das políticas sociais, do processo global de reprodução do trabalho em benefício do capital.

Como refere Rapp (1983:34 ss), os processos de reprodução em determinados sectores (vg. camponês, artesanal) têm lugar simultaneamente não só na esfera produtiva extradoméstica, mas também nas tarefas propriamente domésticas, cuja responsabilidade, programação e execução acabam, conforme a tradicional ideologia em torno do género, por ficar predominantemente a cargo da mulher. Nesta ótica, a já referida retrógrada e protoburguesa visão (neo)parsoniana no sentido de fixar a figura feminina como simples e única componente expressiva da família em subalterna complementariedade com a componente instrumental masculina, enquanto angariador ou provedor dos meios de subsistência, foi com pertinência refutada por diversos autores, entre os quais Hareveen (1982:2 ss, 1976: 190 ss) e Poster (1979:102). Uma tal conceção pode ser reveladora do modelo teleológico das famílias das classes intermédias e até mesmo assalariadas, mas é flagrantemente denegada e contrariada pela divisão sexual do trabalho nomeadamente em economias e sociedades tribais, designadamente africanas, agrárias ou em contexto de transição para o capitalismo. Nestas comunidades ou sociedades assim como em sociedades africanas, a mulher, além de herdar e co-orientar a casa em termos aproximados aos do marido, é ativa nas diversas tarefas produtivas extradomésticas (cf. Stolke 2006, Casares 2008, Silva 1998:127). Além disso, as próprias tarefas estritamente domésticas, fazendo, direta ou indiretamente, parte integrante dos processos produtivos não só dentro como fora de casa, criam condições necessárias à continuidade dos processos produtivos extradomésticos mesmo no quadro das próprias formações sociais capitalistas.

A dominação patriarcal e a correlativa subordinação da mulher não é apenas ideológica nem sequer apenas política, mas assenta nas esferas de produção e de reprodução e, por outro lado, abarca também outras esferas da vida social, em suma, nas condições de vida objetivas – um conceito mais amplo do que o de classe. Tal como refere Bourdieu (1998), as diferenças de género são construídas na base da *“justificação natural da diferença socialmente construída entre géneros e, em particular, da divisão sexual do trabalho”, tornando-se assim “uma construção social que encontra o seu princípio nos princípios de divisão da razão androcêntrica”* (Bourdieu 1998:16, 21)². Tem sido esta visão patri-androcêntrica

2 É esta razão androcêntrica que, por um lado, apresenta a sexualidade feminina como um perigoso elemento incontroável, ‘diabólico’, susceptível de ‘vitimizar’ e ‘vulnerabilizar’ o próprio homem e, por outro, apelando às metáforas da masculinidade em torno do sêmen e dos órgãos genitais (vg. ‘homem de colhões’, ‘homem de tomates’), confere, com base nestes e noutros atributos fálicos, a superioridade ao homem (sobre seus directos concorrentes e) sobre a mulher.

a alimentar a velha dicotomia entre o lado formal e público ocupado pelo homem e o lado informal e privado feminino, valorizando o primeiro em detrimento do segundo e, mesmo quando seja detectável um certo poder informal e “oculto” da mulher, como o referem Riegelhaupt (1967), Reiter (1975) e Segalen (1980), ele visa ainda reproduzir a dominação masculina na casa e sobretudo na esfera pública³. Para explicar a diversidade de formas de exploração e dominação nomeadamente das mulheres é hoje cada vez mais é sustentada e com justeza a teoria da interseccionalidade que cruza diversos conceitos tais como género, classe e raça/etnia, para o que contribuíram, em primeira instância, feministas afro-descendentes e outras (Creenschaw, 2000, McCall 2005, Walby, 2007, Nogueira, 2013), embora importe não ignorar o contributo seminal de Weber (1978) em termos teórico-metodológicos, nomeadamente a sua perspetiva pluricausal e pluridimensional das formas de exclusão e desigualdade social.

4. Considerações finais: por uma perspetiva plurinível, interseccional e pluridimensional

A análise das relações de exploração e dominação da mulher deverá articular os conceitos de classe e de género e, tendo em conta a constante tensão entre estrangimentos estruturais e escolhas racionais, terá de ser balizada, estruturada e articulada a três níveis, na esteira de autores de diversos quadrantes como Luhman (1982) e Bader e Benschop (1988):

(i) ao nível socio-estrutural, ou seja, na base da condição objetiva de vida dos respetivos grupos de pertença das mulheres – o que engloba não só o género mas também a classe social, o género, a idade e demais recursos. Deste modo, as relações de exploração e dominação das mulheres terão de ser analisadas com base nas contradições inerentes aos conflitos de classe e de género na respetiva sociedade classista e patriarcal, quer em termos diacrónicos, quer em termos sincrónicos, o que, para além de apresentar pontos de convergência com a exploração e dominação de homens, pode apresentar formas específicas de dupla exploração e dominação da mulher na segmentação do mercado de trabalho, bem como na divisão do trabalho nos diversos sectores produtivos, incluindo o doméstico;

(ii) o nível político-organizacional, que pressupõe relações de subjugação e dominação das mulheres no âmbito das mais diversas organizações desde

³ Tal como o replicam, para a situação das camponesas em aldeias da Grécia, Handman (1992), Dimen (1986) e Dubisch (1986) e, para as camponesas em Lugo, na Galiza, Méndez (1988).

o local de trabalho extradoméstico (comunidade, empresa/instituição) aos partidos políticos e outras organizações, passando pelo contexto organizacional doméstico, em que as mulheres, na sua grande maioria, primam pela (quase) ausência de poder, deliberada ou não, ou detêm uma posição hierarquicamente subordinada, reforçando assim o lado socio-estrutural;

(iii) o nível interacional, o qual toca as próprias vivências e experiências, interações e sociabilidades não só entre diversos grupos de pertença no seio de cada género e entre membros do género masculino e feminino, relações e interações em que as mulheres são amiúde desvalorizadas, desclassificadas ou mesmo discriminadas, o que ocorre nos locais de trabalho, nas relações em público e sobretudo nas relações domésticas, em privado, ou seja, na micropolítica doméstica.

Embora cada um destes níveis de análise possua uma relativa autonomia, dever-se-á dar prioridade analítica ao nível mais abstrato (o socio-estrutural), passando pelo organizacional, até ao interativo (o menos abstrato), articulando os dois conceitos - classe e género - e enfatizando um ou outro conforme a configuração social em causa e em função das situações concretas. Nesta ótica, a dominação patriarcal assume formas diversas consoante não só as relações de género, mas também os modos de produção presentes e, em particular, o modo de produção dominante em cada sociedade, tempo e espaço.

As correntes organizacionais, de poder e sobretudo as perspetivas interacionistas têm-se ocupado respetivamente do segundo e do terceiro nível e, por estar mais próximo da vida quotidiana, esquecem amiúde os parâmetros estruturais da exploração sexual e sobretudo de classe, atribuindo não raro ao homem 'culpas' e 'responsabilidades' quando eles são também vítimas dos constrangimentos estruturais do sistema. Em contrapartida, a visão marxista-leninista tradicional, ao focalizar a análise da exploração e da dominação femininas, em termos socio-estruturais, com acento (quase) exclusivo nas contradições de classe, obnubila, subestima ou relega para segundo plano as vertentes organizacionais e sobretudo a dimensão interativa, desresponsabilizando o homem nas formas de dominação quotidiana, onde, para além das eventuais relações de exploração, ocorrem com frequência associações seletivas e práticas de discriminação sexual, em regra em detrimento da mulher. A este nível podem contudo, ocorrer excecionalmente relações de dominação inversa por parte de mulheres para com homens nomeadamente em contexto doméstico, sendo de evitar, portanto, generalizações abusivas. Se, num considerável número de casas, nomeadamente em Portugal, se verificam, a par de situações de relativa reciprocidade e simetria sexuais, situações de dominação, opressão e até violência por parte de homens

face às “suas” mulheres, também a dominação, ainda que em termos minoritários, do homem pela mulher, é também real, tal como pude constatar designadamente em meio rural minhoto. A redistribuição da conflitualidade intradoméstica e, em particular, conjugal, designadamente na modalidade heterossexual, centra-se em torno do poder doméstico, o qual é construído a partir da divisão social do trabalho fora e dentro de casa, do tipo e grau de recursos materiais e simbólicos, como foi referido atrás.

A eliminação das desigualdades de género, como realidade não estritamente biológica mas social e politicamente construída, se, por um lado, pressupõe não só a mudança de mentalidades no homem e na mulher como a construção de poder feminino através das suas organizações específicas (de que, por exemplo, a imposição legal duma quota mínima de lugares foi um passo), por outro, tal objetivo estratégico convoca necessariamente o concurso das lutas sociais com base no critério de classe, ou melhor dito, dos interesses das classes e dos grupos sociais explorados e oprimidos.

Perante a imperiosa necessidade da luta pela igualdade de tratamento entre homens e mulheres e de acesso prático a direitos e oportunidades não só na esfera extradoméstica e pública como na doméstica e privada, urge, em termos teórico-práticos e tendo em vista a sua emancipação enquanto cidadãs e trabalhadoras, um fecundo cruzamento matrimonial entre feminismo e marxismo, o qual constitui(rá) certamente o prelúdio duma das maiores mudanças societais e políticas no próximo futuro.

Bibliografia

- Aboim, Sofia (2010), “Género, família e mudança em Portugal” in K.Wall, S. Aboim e V. Cunha (orgs), *A vida familiar no masculino. Negociando velhas e novas masculinidades*, Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, pp. 39-66
- Abott, Pamela e Wallace, Claire (1991), *Gender, Power and Sexuality*, Basingstoke: Macmillan.
- Almeida, Ana Nunes (1985), “Trabalho feminino e estratégias familiares” in *Análise Social*, vol. XXI, 85:7-44.
- Almeida, Ana Nunes, André, Isabel e Cunha, Vanessa (2005), “Filhos e filhas: uma diferente relação com a escola” in K. Wall (org), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações e Redes Sociais*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 517-550.
- Almeida, Miguel Vale de [2000(1995)], *Senhores de si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*, Lisboa: Fim de Século
- Amâncio, Lígia (1994), *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*, Porto: Afrontamento.
- Araújo, Helena Costa (2010), “Escola e construção da igualdade no trabalho e no emprego” in V. Ferreira (org), *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal. Políticas e Circunstâncias*, Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, pp.217-245.
- Aristóteles (s/d, 1951), *Politics*, 1254b, O.U.P (organizado por W.Ross).
- Beauvoir, Simone [2008 (1949)], *O Segundo Sexo*, Lisboa: Quetzal Editores.
- Bader, Veit e Benschop, Albert (1988), *Ongelijkheden*, Groningen: Wolters Noordhoff.
- Bourdieu, Pierre e Passeron, Jean Claude [1975(1970)], *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema*

de ensino, Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Bourdieu, Pierre (1998), *La domination masculine*, Paris: Seuil.

Brandão, Ana Maria (2010), *E se tu fosses um rapaz? Homoerotismo e construção social da identidade*, Porto:Afrontamento.

Braverman, Harry (1974), *Labour and Monopoly Capital. The Degradation of Work in the Twentieth Century*, Nova Iorque: Londres.

Casaca, Sara (2012), *Trabalho emocional e trabalho estético*, Coimbra:Almedina.

Creenshaw, Kimberlé (2000), *Race Reform and Retrenchment. Transformation and Legitimation in antidiscrimination Law* in L.Back e J. Solomos (orgs), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 549-560

Crompton, Rosemary (2003), "Class and Gender beyond the 'CulturalTurn'", in *Sociologia. Problemas e Práticas*, 42: 9-24.

Dimen, Muriel (1986), "Servants and sentires: women, power and social reproduction in Kriovrisi" in J. Dubisch (org), *Gender & Power in Rural Greece*, Princeton, New Jerwey: Princeton University Press.

Dubisch, Jill (1986), "Introduction", in J. Dubisch (org), *Gender & Power in Rural Greece*, Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press, pp. 4-41.

Engels, Friedrich {1980(1884)}, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Lisboa: Editorial Presença.

Ferreira, Virgínia (1993), "Padrões de segregação das mulheres no emprego – uma análise do caso português no quadro europeu", in B.S. Santos (org) *Portugal: um retrato singular*, Porto:Afrontamento, pp. 231-257.

Ferreira, Virgínia, (1999), "Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52-53:199-227.

Firestone, O. S. (1976) *A Dialéctica do Sexo*, Rio de Janeiro: Labor do Brasil.

Foucault, Michel (1992), *Microfísica do poder*. Madrid: Ediciones de la Piqueta

Freud, Sigmund [1975 (1946)], *Abrégé de psychanalyse*, Paris: Presses Universitaires de France.

Goffman, Erving (1974), *Les rites d'interaction*, Paris, Éditions du Minuit.

Guerreiro, Maria Dores e Perista, Helena (1999), "Trabalho e Família", *Inquérito à Ocupação do Tempo*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Handman, Marie Elisabeth (1992), "La structure de la famille, dévolution des biens et statut paradoxal des femmes en Grèce", in A. Almeida et al (orgs), *Familles et contextes sociaux*, Lisboa: Centro de Investigación e Estudos de Sociologia.

Hareveen, Tamara K. (1982), *Family Time & Industrial Time*, Cambridge: Cambridge University Press.

Harris, Olivia e Young, Kate (1981), "Engendered Structures: Some Problems in the Analysis of Reproduction" in J. S. Khan e J.R. Llobera (orgs), *The Anthropology of Pre-Capitalist Societies*, Londres:MacMillan, pp. 109-147.

Hartman, Heidi (1982),"Capitalism, Patriarchy and Job Segregation by Sex" in A. Giddens e D. Held (orgs), *Classes, Power and Conflict*, Londres:MacMillan Education Ltd, pp. 446-469.

Kovacs, Iona e Casaca, Sara (2008), "Labor segmentation and employment diversity in ICT servisse sector in Portugal", in *European Societies*, 10(3):429-451, Routledge, Taylor & Francis Group.

Lisboa, Manuel, Frias, Graça, Roque, Ana e Cerejo, Dalila (2006), "Participação das mulheres nas elites políticas e económicas no Portugal democrático (25 de Abril de 1974 a 2004)" in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 18:163-187.

Lopes, Margarida Chagas e Perista, Margarida (2010), "Trinta anos de educação, formação e trabalho: convergências e divergências nas trajectórias de mulheres e homens" in V. Ferreira (org), *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal. Políticas e Circunstâncias*, Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Luhman, Niklas [1982 (1970)], *The Differentiation of Society*, Nova Iorque: Columbia University Press.

Machado, Helena (2007), *Moralizar para identificar. Cenários da investigação judicial de paternidade*, Porto:Afrontamento.

Magalhães, Maria José (1998), *Movimento feminista e Educação em Portugal: Décadas de 70 e 80*, Oeiras: Celta Editora.

Marx, Karl [1974 (1867)], *O Capital*, Lisboa: Delfos.

Marx, Karl e Engels, Friedrich [1976(1846)], *A ideologia alemã*, Lisboa: Presença.

Marques, Ana Paula, Silva, Manuel Carlos e Veiga, Carlos (2006), *Assimetrias de Género e Classe. O caso das empresas de Barcelos*, Barcelos: Kerigma.

McCall, Leslie (2005), "The complexity of interseccionality" in *Signs*, 30 (3):1771-1800.

Mead, Herbert (1934), *Mind, Self and Society, from the Standpoint of a Social Behaviorist*, Chicago: University of Chicago Press.

- Meillassoux, Claude (1977), *Mulheres, celeiros e capitais*, Porto: Afrontamento.
- Mendéz, Lourdes (1988), “Cousas de mulleres”. *Campesinas, poder y vida cotidiana (Lugo 1940-1980)*, Barcelona: Anthropos.
- Millet, K. (1974), *Política sexual*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Nogueira, Conceição (2013), “A teoria da interseccionalidade nos estudos de género e sexualidades: condições de produção de ‘novas possibilidades’ no projeto de uma psicologia feminista crítica” in A.L. Brizola et al. (orgs), *Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos*, Florianópolis: Abrapso/Nuppe/CFH/UFSC.
- Ortner [1988(1972)], *Sexual Meanings: the Cultural Construction of Gender and Sexuality*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Parsons, Talcott (1956), “Family Structure and the Socialization of the Child”, in T. Parsons e R. Bales (orgs), *Family, Socialization and Interaction Process: 35-131*, Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Pereira, Maria do Mar (2012), *Fazendo Género no Recreio. A negociação do género em espaço escolar*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Poster, Mark (1979), *Teoria Crítica da Família*, Rio de Janeiro: Zahar Editores
- Rapp, Rayna (1983), “Peasants into Proletarians from the Household Out: An Analysis from the Inter-section of Anthropology and Social History”, in J.P. Menschler (org.) *Social Anthropology of Peasantry: 32-47*, Bombaim e Nova Iorque: Somaya Publications.
- Reiter, Rayna (1975), “Men and Women in the South France: Public and Private Domains”, in R. Reiter (org), *Toward an Anthropology of Women: 252-282*, Nova Iorque: Monthly Review Press.
- Riegelhaupt, Joyce (1967), “Saloio Women: an Analysis of Informal and Formal Political and Economic Roles of Portuguese Peasant Women”, in *Anthropological Quarterly*, vol. 40, 3:109-126.
- Roberts, Richard (1984), “Women’s Work and Women’s Property: Household Social Relationship in the Maraka Textile Industry of the Nineteenth Century”, in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 26, 2:229-250.
- Rousseau, Jean Jacques {1995 (1755)}, *Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Santos, Gina Gaio (2010), *Gestão, trabalho e relações sociais de género*” in V. Ferreira (org), *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal, Políticas e circunstâncias*, Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, pp. 99-138.
- Santos, Helena e Amâncio, Lúcia (2012), “Género e política: análise sobre as resistências nos discursos e nas práticas sociais face à Lei da paridade”, in *Sociologia. Problemas e Práticas*, 68:79-101.
- Schouten, Maria Johanna (2011), *Uma Sociologia do Género, Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus*.
- Segalen, Martine (1983 (1980)), *Love and Power in the Peasant Family. Rural France in the Nineteen Century*, Chicago: The University of Chicago Press.
- Silva, Manuel Carlos (1987), “Camponeses nortenhos: ‘conservadorismo’ ou estratégias de sobrevivência, mobilidade e resistência”, in *Análise Social*, 97:407-445.
- Silva, Manuel Carlos (1998), *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto: Afrontamento.
- Silva, Manuel Carlos (2016), *Desigualdades de género. Família, Educação e Trabalho*, Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Silva, Manuel Carlos (2017), *Desigualdades de género y estrategias de paridad en la educación Cuestiones de género: de la igualdad y la diferencia*, 12, pp. 245-265
- Silva, Sofia Marques (2010), “Mulheres e feminilidade em culturas ocupacionais de hegemonia masculina”, in V. Ferreira (org.), *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal. Políticas e circunstâncias*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, pp. 293-332.
- Stolke, Verena (2006), “O enigma das interseções: classe, raça, sexo, sexualidade” *A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX*” in *Estudos feministas*, vol 14, 1:15-42.
- Tavares, Manuela (2011), *Movimentos de mulheres em Portugal: Décadas de 70 e 80*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Torres, Anália (2001), *Sociologia do Casamento. A Família e a Questão Feminina*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália (2002), *O casamento em Portugal. Uma análise sociológica*. Oeiras: Celta.
- Viegas, José Manuel Leite e Faria, Sérgio (1999), *As Mulheres na Política*, Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda.
- Walby, S. (1997), *Gender Transformations*, Londres: Routledge.
- Wall, Karin (org) (2005), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Interações, Redes Sociais*, Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.
- Weber, Max [1978 (1920)], *Economy and Society*, editado por G. Roth e C. Wittich, Berkeley y Londres: University of California Press.
- Zaretsky, E. (1973), *Capitalism. The Family and Personal Life*, Nova Iorque.

PROBLEMATIZAÇÃO DO FEMINISMO INTERSECCIONAL: O LUGAR DAS PESSOAS TRANS(GÊNERO) NO BRASIL E EM PORTUGAL

Liliana Rodrigues,

Nuno Santos Carneiro & Conceição Nogueira

Introdução

Neste trabalho serão discutidas as transexualidades, a partir de diferentes referenciais teóricos e políticos que têm conferido às abordagens trans novas e progressistas inteligibilidades (e.g., feminismos, interseccionalidades, feminismo negro, feminismo trans). Neste sentido, falar-se-á de feminismos interseccionais e a sua importância para a compreensão das transexualidades.

De que se fala quando se discute o feminismo interseccional? Onde começou? Como surgiu? Como se foi construindo? Para responder a estas questões, começar-se-á por abordar o feminismo negro, porque se reconhece que foi esta corrente do feminismo que deu início à problematização sobre o modo como diferentes sistemas de opressão se têm intersetado e que conduziu, inclusive, ao alargamento do sujeito político do feminismo (o qual passou a transcender a configuração mulher-branca-heterossexual-burguesa¹) (Nogueira, 2013). Posteriormente, discutir-se-á dentro do campo das identidades de género e das orientações sexuais não normativas as possibilidades de negociação entre políticas identitárias e políticas interseccionais.

¹ Este conceito é usado tendo em conta os feminismos da primeira vaga, nos quais as mulheres que reivindicavam os seus direitos eram essencialmente brancas, heterossexuais e com recursos socioeconómicos mais avultados. Não quer isto dizer que o combate ao sexismo não se fez noutros contextos históricos; porém, essas lutas particularizaram o sujeito político do feminismo, contrariando a ideia de uma configuração única, unívoca e homogênea de se “ser” mulher.

1.1. O feminismo negro: “o despontar” da interseccionalidade

Historicamente, o coletivo feminista negro “*Combahee River Collective*” (1974) inaugurou a discussão sobre a “simultaneidade de opressões” (à época, ainda não designada por interseccionalidade) (e.g., Nogueira, 2013; Platero, 2012; Rodrigues, Carneiro & Nogueira, 2015). Este coletivo procurou destacar o facto de as opressões de classe, género, “raça” e sexualidades serem simultâneas e estarem inter-relacionadas (*Combahee River Collective*, 1977/2012; Nogueira, 2013; Platero, 2012), considerando que o produto destas interseções se transforma nas condições concretas da vida das pessoas (*Combahee River Collective*, 1977/2012). Por exemplo, a condição concreta de discriminação de uma mulher branca e heterossexual será diferente da experiência de uma mulher, negra e lésbica. Ainda segundo o mesmo coletivo, o feminismo negro deveria ser subsidiário do movimento feminista que o precedia e deveria, nessa conciliação, permitir combater, de forma mais concreta, as discriminações múltiplas (Duclos, 1993; Fredman, 2005; Grabham, 2006; Grabham, Cooper, Krishnadas & Herman, 2009) ou desigualdades múltiplas (Puar, 2007) e interseccionadas que enfrentavam (e enfrentam) algumas mulheres negras nos EUA.

As experiências de discriminação das mulheres negras não serão auscultadas, de forma acurada, se analisarmos as dimensões racial e de género separadamente, já que tais experiências adquirem uma realidade complexa através da interseção, pelo menos, destes dois eixos de desigualdade (bell hooks⁵, 1981; Crenshaw, 1991/2012; Knapp, 2005; Yuval-Davis, 2006; Ferree, 2009). Por exemplo, inúmeras mulheres negras são pobres, com trabalhos precários, e estão responsáveis pela prestação de cuidado a terceiras/os. Estas situações derivam de opressões de classe, género e racial que colocam as mulheres negras em situações de maior vulnerabilidade social, nomeadamente, no acesso ao emprego e à habitação (Crenshaw, 1991/2012; Davis, 1981/2004).

O *Combahee River Collective* (1977/2012) criou um manifesto feminista negro onde inscreveu quatro grandes temas mobilizadores de discussão: (i) a génese do feminismo negro contemporâneo;

5 A autora usa as iniciais do seu nome em minúsculas propositadamente.

(ii) as suas políticas ideológicas; (iii) os problemas na organização do coletivo e a sua breve história; e (iv) teoria e praxis do feminismo negro. Estes temas são foco de atenção nas linhas que se seguem.

Em primeiro lugar, a constituição da corrente feminista negra acontece na segunda vaga³ do feminismo, no final da década de 1960, a partir do momento em que o movimento feminista ensejou a invisibilização de outras opressões, nomeadamente as decorrentes do racismo e do classismo (bell hooks, 1981; Davis, 1981/2004).

Bell hooks (1981) refere que a socialização racista e sexista que não reconhecía “feminilidade” às mulheres negras levou a que as mulheres negras fossem desconsideradas da e na sua própria “feminilidade”, assim como levou a que a “raça” fosse considerada como a única pertença relevante de identificação. Aquela autora, ela mesma feminista negra, vem a designar o “silêncio da opressão” – um profundo silêncio engendrado pela resignação e aceitação do próprio destino das mulheres negras. É também bell hooks quem salienta a condição de impossibilidade das mulheres negras lutarem pelo combate ao sexismo se a estas não lhes fosse reconhecida “feminilidade” como um aspeto importante da sua identidade.

Atenda-se, por exemplo, a Sojourner Truth: ex-escrava, nascida Isabella, em Nova Iorque (1797-1883), que descreveu numa conferência em Akron, Ohio, a representação social da mulher como sendo frágil e delicada, possuindo pouca força física, num enquadramento que tende a conferir inferioridade à “mulher”, a universalizar as experiências deste grupo e a desconsiderar a diversidade que é característica de tal grupo. Uma vez que a experiência concreta de vida de Sojourner Truth a colocava numa situação muito diferente (negra e escrava) das mulheres brancas e burguesas, questionou se também ela seria uma mulher (bell hooks, 1981)⁴.

³ Adota-se a designação de vagas definidas por Gisela Kaplan (1992). Esta autora referiu a existência de três vagas no movimento feminista que acomodam diferentes períodos temporais.

⁴ No sentido de criar resistência e potenciar a visibilidade das experiências das mulheres negras e pobres no movimento feminista, foi criada a Organização Nacional de Feministas Negras, em 1973, em Nova Iorque (EUA).

O feminismo negro estadunidense colheu inúmeras influências do movimento de libertação negro, mormente entre 1960 e 1970, que decorreram de o facto de muitas feministas negras integrarem este movimento no sentido de combater a opressão relacionada com as questões da “raça”/etnicidade. No entanto, estes movimentos também silenciaram a experiência concreta das mulheres negras, levando-as a criar um movimento de resistência (feminista) que combatesse, de forma interseccionada, a opressão racista e sexista (Platero, 2012).

Com efeito, para muitas mulheres negras, a questão do racismo era central nas suas vidas, principalmente devido à história do movimento antiesclavagista, levando a que muitas delas tivessem dificuldades em analisar, de forma interseccional, as suas experiências a partir de uma perspetiva que incorporasse o combate ao racismo e ao sexismo. As feministas negras estadunidenses problematizaram a sua situação económica, referindo que – apesar da maioria das mulheres negras pertencer aos estratos sociais baixos da economia nacional – algumas delas acederam à educação e ao emprego a partir de medidas afirmativas (também habitualmente designadas como ações afirmativas)⁵. As feministas negras deste coletivo posicionaram-se, assim, num radical combate ao racismo, ao sexismo, ao classismo e ao heterossexismo, adotando e desenvolvendo políticas interseccionais face a estes eixos de opressão (Davis, 1981/2004).

Em segundo lugar, o coletivo feminista negro construiu as suas ações a partir de um posicionamento de valorização das mulheres negras e da sua necessária libertação. Nenhum outro movimento feminista ou antirracista nos EUA tinha priorizado e/ou legitimado até então as experiências de discriminação das mulheres negras ou tinha contribuído para erradicar este tipo de opressão⁶. Efetivamente, quem endereçou o combate à opressão que têm estado sujeitas as mulheres negras (em particular, nos EUA) foi o próprio movimento feminista negro (estadunidense).

5 No Brasil, estas medidas afirmativas permitiram que muitas pessoas negras pudessem aceder ao sistema de ensino (superior).

6 Importa salientar que este contexto estadunidense serviu de exemplo para muitas feministas fora dos EUA. Por exemplo, no Zimbabué, Nehanda Charwe Nyakasikana, líder da I Chimurenga, participou na revolta contra o regime colonial, em 1896. Nehanda Nyakasikana é considerada um ícone de resistência nacional (Primorac, 2001). Outro exemplo de mulheres líderes no continente africano é Nana Yaa Asantewaa (1880-1900), que fez um apelo às armas das mulheres negras com vista à libertação do Gana (na altura Ashanti) contra o colonialismo britânico. A “raça”, a classe e o sexo/género foram, no seu conjunto e na sua interligação combativa, armas de luta para um apelo geral à liberdade (Boahen, 2010; Bremping, 2000).

O coletivo feminista negro também se assumiu como socialista, referindo que uma revolução socialista sem um compromisso feminista e antirracista não contribuía para a efetiva libertação das mulheres negras. Este movimento propôs uma articulação entre o movimento feminista, antirracista e anticlassista para o combate a qualquer tipo de discriminação.

As feministas negras rejeitaram (e continuam a rejeitar) qualquer tipo de opressão sexista e têm vindo a considerar problemática a redução da opressão a determinismos biológicos. As mulheres têm sido discriminadas não por terem nascido com uma vagina ou com quaisquer outras características anatómicas socialmente entendidas como “das mulheres”, mas porque a construção de género de ser “mulher” as inferiorizou, estando ancorada num sistema que estabelece o masculino como “o superior” (Amâncio, 1994; Nogueira, 2001). Em vez de rejeitar potenciais aliados/as, o coletivo feminista negro questionou (e continua a questionar) se uma política progressista é aquela que rejeita todas as fontes de opressão que as mulheres enfrentam.

As lutas feministas e antirracistas têm um passado histórico separado: por um lado, o facto de o feminismo da primeira vaga não ter desenvolvido preocupações com as implicações do racismo; por outro, uma ausência de questionamento no seio do movimento antirracista sobre as implicações do sistema patriarcal na reprodução da opressão sobre as mulheres. Estas dinâmicas de exclusão mútua constituíram um problema bastante complexo para as mulheres negras e dificultaram o desenvolvimento de um discurso político de libertação e emancipação destas mulheres (bell hooks, 1981; Crenshaw, 1991/2012).

Dito de outra forma, historicamente os movimentos feministas e os movimentos antirracistas criaram agendas políticas que - ao defenderem as mulheres (no caso movimentos feministas) e os/as negros/as (no caso movimentos antirracistas) – foram-se tornando mutuamente exclusivos, isto é, as feministas defendiam as mulheres brancas de classe média e o movimento antirracista defendia os homens negros. Este facto invisibilizou as experiências de discriminação das mulheres negras, tendo-as relegado para um “lugar de ninguém” destituindo-as, por isso, de discurso político (bell hooks, 1981; Crenshaw, 1991/2012)⁷.

⁷ Por exemplo, algumas correntes feministas da primeira vaga do feminismo ao tentarem combater a violência de género, generalizaram as experiências de opressão das mulheres negras, reproduzindo opressão e marginalização sobre estas mulheres. Adotaram políticas globais, como se estas representassem todas as mulheres. No entanto, a responsabilização desta opressão, não se circunscreve aos/às feministas. O movimento feminista com a sua pluralidade tem feito um grande esforço de mobilização e luta para combater o sexismo. Exige-se mais de quem não tem poder, do que de quem tem responsabilidade de facto: os sistemas e estruturas institucionais concretas que promovem as opressões (Crenshaw, 1991/2012; Nogueira, 2013).

A separação de ambos os movimentos prendia-se com o posicionamento de alguns/as ativistas do movimento antirracista que defendiam a não inclusão do feminismo na sua agenda política. Referiam, inclusive, que as questões de género têm representado as mulheres brancas e, por conseguinte, são desnecessárias as suas discussões no movimento antirracista. Outros/as ativistas sustentaram que a população negra deveria defender-se do feminismo, negando que a violência contra as mulheres seria um problema na e da população negra. Estas posturas inviabilizaram qualquer possibilidade de reconhecimento da violência de género nas populações negras. Além disso, referiram que qualquer esforço para politizar as mulheres negras contra a violência de género seria uma forma de acrescentar problemas no movimento antirracista (Crenshaw, 1991/2012). Neste sentido, o movimento antirracista evitou discutir temas que fugissem às questões raciais, que pudessem, de alguma forma, reforçar os estereótipos sobre a população negra. Raramente se discutiram os corolários desta invisibilização para as mulheres negras (bell hooks, 1981; Crenshaw, 1991/2012).

Para o *Combahee River Collective*, os homens negros poderiam ser seus aliados na luta contra o racismo, ao mesmo tempo que as mulheres brancas poderiam ser suas aliadas na luta contra o sexismo. Referiam que estas alianças eram necessárias, mas a libertação e a emancipação das pessoas oprimidas requeria a destruição de outros sistemas de opressão, nomeadamente do classismo e do heterossexismo (Solá, 2013).

Em terceiro lugar, este coletivo teve inúmeras dificuldades para se organizar e se assumir como feminista em determinados contextos. Uma das maiores dificuldades de organização foi o facto de este coletivo, desde o seu início, ter tentado combater um conjunto de opressões que não estavam isoladas ou separadas entre si. Além disso, não detinham um conjunto de privilégios raciais, de género, de orientação sexual e de classe que as pudessem colocar às mulheres deste coletivo numa situação de menor opressão. Algumas mulheres podiam reconhecer o peso do sexismo e do racismo nas suas vidas; porém, nem sempre conseguiam lutar pela erradicação de ambos os sistemas por uma questão de sobrevivência.

Para o coletivo feminista negro, o debate sobre quais as diferenças que as mulheres incorporam e que as colocam numa situação de maior vulnerabilidade social não é um debate abstrato e insignificante. Mais do que falar apenas de diferenças fala-se de relações de poder que se organizam em complexos sistemas de opressão e privilégio. Por exemplo, no que respeita à violência de género, o problema não se trata apenas de referir que as mulheres brancas dominam o movimento feminista

por serem diferentes das mulheres negras, mas que as mulheres brancas ao terem relações de poder sobre as mulheres negras invisibilizam-nas e, por conseguinte, determinam quais os recursos materiais e simbólicos que são necessários para combater o sexismo. Sem integrar nesses discursos as diferenças raciais e os impactos dessas diferenças nas políticas públicas e no combate ao sexismo que vivem não só as mulheres brancas, mas também outras mulheres, nomeadamente as mulheres negras, o combate ao sexismo não se torna efetivo.

Segundo o feminismo negro, incorporar numa determinada política pública as interseções a outros sistemas de opressão não é uma reivindicação menos importante, num contexto de violência de género, esta é uma questão de tal maneira central que pode determinar precisamente quem sobrevive aos sistemas de opressão a que efetivamente as mulheres estão sujeitas (Crenshaw, 1991/2012; Platero, 2012).

Por último, o manifesto feminista negro menciona um conjunto de ideias e projetos no próprio movimento. Uma das grandes questões que o mesmo manifesto sublinha é o facto de existir racismo no seio do movimento feminista. O combate ao racismo exige mais do que um conhecimento superficial das histórias de opressão sobre as pessoas negras; requer uma revisão das visões individuais sobre o mundo e o reconhecimento dos lugares de privilégio, tal como requer o reconhecimento de lugares de opressão. O manifesto feminista negro sustenta que só é possível eliminar qualquer tipo de discriminação quando se assume, de base e de princípio, que não há hierarquias de opressões no seio de um grupo (Nash, 2008; DeFrancisco & Palczewski, 2007; Coll-Planas, 2012; McCall, 2005; Nogueira, 2013). Compreende também que é fundamental a realização da crítica e da autocrítica constante das próprias políticas e das suas práticas. Mais, reconhecem que é um trabalho árduo, que, se fosse de outra forma, não estariam a falar de um processo progressista.

Em suma, algumas feministas negras alertaram para o facto de que as políticas identitárias que tentaram combater a violência contra as mulheres não contribuíram, em si mesmas, para erradicar a situação de opressão das próprias mulheres negras, porque esta leitura não tinha sido feita de forma a visibilizar as suas experiências concretas. Estas feministas alertaram, assim, para a importância de conhecer o impacto da estratificação racial nas mulheres (bell hooks, 1981; Crenshaw, 1991/2012; Davis, 1981/2004).

De forma complementar, as feministas negras também referiram que as agendas antirracistas não serão progressistas se continuarem a invisibilizar a violência intrarracial perpetrada por muitos homens negros. As implicações destas marginalizações fazem com que as mulheres negras se sintam isoladas, quer pelas manifestações políticas de suporte de outras mulheres, quer do próprio movimento antirracista, mantendo a invisibilidade das práticas agressivas e muitas vezes mortais contra estas mulheres, impossibilitando-as de reconhecerem qualquer referencial de apoio para agir face a estas opressões (bell hooks, 1981; Crenshaw, 1991/2012; Davis, 1981/2004).

Em alternativa às políticas identitárias e separatistas dos movimentos antirracistas e feministas da época, Kimberlé Crenshaw (1991/2012) propõe ações de resistência às imagens de que a violência contra as mulheres é uma ação legítima dos homens, questionando estrutural e profundamente essa mesma legitimidade. Crenshaw (1991/2012) mostra que essas ações em vez de criarem espaços de ação e liberdade nas populações negras colocam as mulheres em situações de maior opressão. Para além disso, esta autora refere que as mulheres negras não podem esperar pelo combate ao racismo para que possam reivindicar as suas vidas livres e sem violência de género. Crenshaw (1991/2012) refere também que não se pode negligenciar as relações que poderão existir entre violência e racismo, se a pertença a determinados grupos sociais aumenta as experiências de opressões concretas para estas mulheres. Segundo a autora, estas ações situadas e comprometidas com o combate à opressão protegem homens e mulheres, protegem, afinal, pessoas.

No que respeita à violência de género, quer o movimento feminista como o movimento antirracista devem utilizar estratégias concertadas no combate às conceções dominantes de violência de género na população negra. Todas as pessoas devem estar alertas para situações de violência e rever os seus lugares de proteção e risco. No entanto, é imperativo a consciência que o impacto de pertencer a determinados grupos sociais pode aumentar a vulnerabilidade de uma pessoa em concreto. Por exemplo, as campanhas sobre violência de género têm mostrado que esta é transversal às configurações do espaço doméstico, como ao tipo de relações na intimidade⁸ (Crenshaw, 1991/2012).

⁸ No entanto, estas mesmas campanhas de sensibilização nos EUA, por exemplo, sobre a violência contra as mulheres não têm visibilizado a pluralidade de mulheres estadunidenses. Esta invisibilidade pode, mais uma vez, ter um custo muito alto para estas mulheres, em nome de políticas falsamente globais e inclusivas, em vez de se reconhecer que as vítimas têm rosto e experiências concretas de vulnerabilidade e opressão (Crenshaw, 1991/2012).

Incluir simbolicamente as mulheres negras nestes discursos, sem uma ação direta e implicada destas mulheres é também uma forma de exclusão. Políticas generalistas de combate à violência de género, por exemplo, não ajudarão a compreender e a erradicar a violência contra todas as mulheres. Urge, por isso, adotar políticas interseccionais que visibilizem os outros “ismos” para além do racismo e do sexismo. Do que se fala, então, quando se discutem políticas interseccionais para os grupos em concreto? Do que se fala, especificamente, quando se discutem os corolários da teoria da interseccionalidade na vida concreta das pessoas, nomeadamente, das pessoas trans? E quais as políticas a adotar?

1.2. Para além do sexismo e do racismo: outros “ismos” e políticas contra a opressão

Na década de 1980, Kimberlé Crenshaw (1994) foi a primeira autora a usar o termo “interseccionalidade” (Platero, 2012; Nogueira, 2013; Berger & Guidroz, 2009; Taylor, 2009; Valentine, 2007). Crenshaw refere que as vivências das pessoas marginalizadas são “multidimensionais”. Por exemplo, já não nos fixamos apenas no facto de uma pessoa ser trans, mas também no modo como ser trans se relaciona com a classe social, a idade e a orientação sexual, podendo proteger ou colocar em risco uma pessoa, dependendo dessas pertenças identitárias (Platero, 2012, 2014). Neste exemplo, se nos fixássemos apenas na experiência trans, isolando outros aspetos da sua identidade, limitaríamos a compreensão da complexidade de experiências destes trajetos. As pessoas trans podem não se rever apenas numa pertença identitária, nomeadamente na do género, mas podem sentir-se pertencer a diferentes “raças”/etnias, orientações sexuais, nacionalidades, classes, faixas etárias, entre outras pertenças identitárias (Jesus, 2012; Nogueira, 2013; Serano, 2012).

Patrícia Hill Collins (1991), ativista e teórica feminista negra, usa o conceito de “matriz de dominação e sistemas interseccionados de opressão”, conceptualizando que os diferentes eixos de opressão se intersejam numa matriz na qual se constituem diferentes indivíduos em diferentes posições de poder. Esta imagem possibilita uma leitura da interação e da interdependência de eixos de opressão, apresentando uma visão complexa, onde as pessoas se encontram em diferentes posições de opressoras e oprimidas simultaneamente. A autora também evita a adoção de perspetivas hierárquicas, como historicamente a classe social tem sido para o marxismo e o género para o feminismo.

A maior parte das investigações sobre pessoas LGBT tem-se centrado nos gays e nas lésbicas brancos/as e de classe média, o que não representa as experiências da diversidade humana (Carneiro, 2013; Clarke, Ellis, Peel & Riggs, 2010; Nogueira & Oliveira, 2010). Os estudos que analisaram as vivências e as experiências das pessoas LGBT a partir da teoria da interseccionalidade referem que os/as jovens LGBT pobres estão mais vulneráveis a problemas de saúde, mais expostos/as à violência e mais suscetíveis de se prostituírem do que aqueles/as jovens LGBT que vivem em famílias ou meios sociais mais favorecidos (e.g., Nogueira & Oliveira, 2010). Para além disso, as experiências de discriminação e, por sua vez, as implicações e resistências das lésbicas são diferentes das dos gays (Coll-Planas, 2012), especialmente quando rompem as normas de género.

Segundo uma perspetiva interseccional, nem sempre as pessoas trans circunscrevem um carácter de inevitável maior vulnerabilidade (com as suas variadas pertenças) comparativamente a outras pessoas (Missé, 2014).

No entanto, não hierarquizando opressões, em determinadas sociedades e contextos históricos, algumas dessas mesmas opressões podem adquirir um carácter de maior vulnerabilidade (e.g., situação de crise económica) (viviane v., 2014). De facto, nas sociedades ocidentais as pessoas trans (que podem também ser gays, lésbicas, bissexuais, assexuais ou rejeitarem qualquer identidade associada à orientação sexual) tendem a encontrar-se em situações de maior vulnerabilidade social e, conseqüentemente, estigmatização e discriminação do que as lésbicas, os gays, e/ou outros grupos sociais (Coll-Planas, 2012; Costa, Pereira, Oliveira & Nogueira, 2010; TGEU, 2015).

A teoria da interseccionalidade pressupõe que as opressões estão inter-relacionadas e que o seu impacto é multiplicativo e não somativo ou aditivo. Baseia-se na ideia de que a interseção dos diferentes eixos de opressão cria concretas e complexas experiências de discriminação (e não apenas a soma de discriminações isoladas) (Nash, 2008; DeFrancisco & Palczewski, 2007; Coll-Planas, 2012; McCall, 2005; Nogueira, 2013). Por outras palavras, as pessoas trans podem-se sentir pertencer a determinada classe social, condição funcional, nacionalidade, idade, etc. Estas pertenças “identitárias” configuram-se e dão origem a matrizes concretas de opressão (Coll-Planas, 2012).

Algumas pertenças identitárias podem acrescentar vulnerabilidade à experiência trans, nomeadamente a sua pertença a determinada “raça”/etnia, orientação sexual, ao facto de não desenvolverem estratégias de “*passing*”⁹ (Ferreira, 2014; Pelúcio, 2006) e saírem de casa (ou serem mesmo expulsas) pelo seu coming out à família (Ferreira, 2014; Lev, 2004; Money, Clarke & Mazur, 1975).

Mais: algumas pessoas trans têm vindo a ser violentadas não só fisicamente, mas também de forma psicológica e institucional (e.g., não reconhecimento dos seus direitos, nomeadamente, na alteração do nome e do sexo no registo civil no Brasil); outras têm vindo a tentar o suicídio, ainda muito jovens; e outras (não em pequeno número) têm sido assassinadas (e.g., Brasil, Portugal, Turquia). Este contexto histórico, social e político de opressão tem condicionado a que poucas pessoas trans cheguem à velhice e a que, se aí chegadas, sejam consideradas verdadeiras sobreviventes (Fernández-Rouco, Sánchez & González, 2012; Lopes, 2015; Witten, 2004). Quando estas sobrevivem, podem sofrer o impacto do envelhecimento nas suas vidas (Antunes, 2010; Lopes, 2015), principalmente quando estas são trabalhadoras sexuais.

Face ao exposto, problematizam-se em seguida as políticas que devem ser adotadas de combate à opressão.

O contexto histórico tem influência na adoção das políticas identitárias e estas têm possibilitado construir grupos e movimentos. A construção de uma identidade pode também ser vista como uma forma de resistência para muitos grupos oprimidos (Crenshaw, 1991/2012; Platero, 2012).

Contudo, o conceito de política interseccional evidencia o quanto as políticas identitárias, ao não atenderem às pertenças interseccionais de uma pessoa em concreto, invisibilizando essas pertenças, podem produzir um desempoderamento interseccional de cada movimento, porque tenta combater cada opressão de forma separada (Crenshaw, 1991/2012). Dito de outro modo, o conceito de política interseccional pretende visibilizar e reivindicar lutas interseccionais (e.g. mulheres trans negras). As políticas identitárias tendem a assumir uma única pertença identitária de um grupo. Quando as políticas identitárias não reconhecem as potencialidades das alianças entre movimentos diversos e de intenções de combate

9 O “*passing*” ou “passabilidade” pode ser entendido como a perceção de outras pessoas de que a pessoa não é trans. Refere-se, neste caso, às pessoas que sendo trans passam por não trans.

a discriminações múltiplas, acabam por reproduzir um desempoderamento interseccional, porque cada grupo atuará no combate à opressão do seu grupo, como se as opressões não estivessem interseccionadas.

Exemplo de políticas exclusivamente identitárias é o que tendencialmente se encontra no movimento antirracista e que tende a incluir na sua agenda estratégias de combate ao racismo contra homens negros. O sexismo inclui na sua agenda estratégias de combate ao sexismo contra as mulheres brancas e, de forma complementar, o movimento socialista tende a incluir na sua agenda estratégias de combate ao classismo contra homens operários. Neste exemplo, estas situações invisibilizam as mulheres negras e pobres, enquanto potenciais sujeitos políticos destes três movimentos (Crenshaw, 1991/2012).

Também o movimento LGBTQIA+¹⁰, ainda que incorpore realidades plurais, nem sempre estas se vislumbram com alianças comprometidas e segundo perspetivas interseccionais (Curiel; 2013; Saraiva, 2014). Aliás, a história do movimento LGBT tem um passado de múltiplas invisibilidades e exclusões das pessoas trans da sua agenda e na sua reivindicação política. Este espaço que poderia ser um espaço de conforto e de garantia, muitas vezes representou (e continua a representar em determinadas formações combativas no domínio LGBTQIA+) um espaço de variados conflitos de quem poderia ter acesso e em que moldes ao reconhecimento de direitos, determinando quais os corpos, pessoas e identidades pertenceriam a este movimento e quais os/as que seriam excluídos/as (Platero, 2012). A título ilustrativo, pode-se referir o facto de que as leis, na maior parte dos países, dentro da sigla LGBT têm privilegiado os gays (e por acrescento as lésbicas e as pessoas bissexuais) em detrimento dos direitos das pessoas trans (STP, 2015).

Na atualidade, como se podem compreender as políticas identitárias, quando se reconhece que as pessoas têm múltiplas pertenças? Qual o impacto na vida concreta das pessoas, e em especial das pessoas trans, na adoção de políticas identitárias em detrimento das políticas interseccionais e vice-versa? (Crenshaw, 1991/2012; Platero, 2012; Bachiller, 2012).

¹⁰ Esta sigla é utilizada para referir o conjunto de pessoas que podem ser representadas no movimento LGBT de forma mais alargada e “atual”, visibilizando muitas outras identidades ou recusa a elas no próprio movimento LGBT que se pretende plural e visível. As siglas LGBTQIA+ utilizam-se para referência a pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais.

Segundo Teresa De Lauretis (2000) as pertencas identitárias não constroem em separado a nossa identidade social, e por isso políticas separatistas não devem ser adotadas como políticas de transformação social. Sem negar a pertença a cada uma delas, a partir de uma perspectiva crítica feminista é fundamental nomeá-las, afirmá-las, reivindicá-las, e ultrapassá-las para se poder discutir além das suas perspectivas essencialistas e separatistas (Solá, 2013), adotando uma política feminista de aliança com outros movimentos de combate a outras discriminações.

Uma possível abordagem (a adotada neste trabalho) é a que postula que os estudos de género e feministas possam interagir com os estudos sobre sexualidade, enformados em perspectivas construcionistas, evitando assim reduzir os discursos de género a perspectivas essencialistas do que é “ser homem” e/ou do que é “ser mulher”. Acrescentando, do que é construir-se como pessoa. Da mesma forma que, ao estudar as sexualidades não normativas sem um cunho feminista e interseccional, poder-se-á reduzir as orientações sexuais e identidades de género não normativas a algo essencialista e não atender à (des)construção de sexualidades e identidades plurais (Carvalho, 2014).

A negociação entre políticas identitárias e políticas interseccionais implicará um exercício de risco: o risco de reconhecer a complexidade e as tensões que incorpora esta negociação; o risco de reclamar reflexões dentro da própria crítica e autocrítica; o risco de identificar e questionar os nossos lugares de privilégios (viviane v., 2014); o risco de identificar vulnerabilidades e construir sobre e, com elas, espaços de alianças (Bachiller, 2012). O risco de uma viagem, e as marcas que, inevitavelmente dela passam a surgir, já que a partir desta viagem se entra no mundo das vidas concretas de quem tem sido historicamente oprimido/a.

3.2. Feminismo trans¹¹ , suas políticas e considerações finais

O feminismo trans aparece, pela primeira vez, nos EUA como uma “nova” corrente do feminismo na década de 1990 (Kaas, 2013). Em Espanha, o conceito apareceu pela primeira vez em 2000 nas Jornadas Feministas Estatais de Córdoba (Platero, 2014; Solá, 2013).

11 Transgénero, Queer, Intersexo, Assexuais e o símbolo “+” representa um conjunto de configurações de pertencas identitárias várias ou de recusa a elas, é o chamado “etc.”. Usar-se-á, preferencialmente, o termo feminismo trans, em detrimento do conceito de transfeminismo, porque há autores/as que consideram este último conceito como um movimento separado do movimento feminista. Não é essa a perspectiva que se pretende manter neste texto. Partilha-se da perspectiva que feminismo trans é uma outra corrente dentro do movimento feminista. Dito de outra forma, estes conceitos às vezes são usados de forma diferente: quando se reconhece que feminismo trans é uma outra corrente dentro do movimento feminista, enquanto transfeminismo é .

Em 2009, na Europa, ainda não se tinha consubstanciado o manifesto para a insurreição transfeminista, mas é precisamente neste ano que em Granada decorrem umas jornadas que dão um novo impulso às discussões e partilhas sobre feminismo trans e se alarga a crítica em torno da questão sobre quais os sujeitos políticos do feminismo (i.e. pessoas trans) (Sentamans, 2013).

No Brasil o feminismo trans começou a dar os primeiros passos em 2010, no entanto ainda está num processo de construção, através da produção teórica e da organização e intervenção social (Jesus, 2012). Acrescenta-se que o surgimento do feminismo trans no Brasil teve particular importância, pelo facto de este país, ser um dos países onde se cometem mais crimes de ódio motivados pela transfobia (Jesus, 2012; TGEU, 2015). Este movimento traz visibilidade e apoio para o movimento e para as pessoas que se revejam nele. A criação deste movimento permitiu que as pessoas se organizassem coletivamente de forma a reconhecerem os seus direitos e a combater situações de transfobia. O feminismo trans é importante em qualquer país, já que o reconhecimento dos direitos fundamentais deve ser para todas as pessoas, no entanto num país em que se mata mais pessoas trans no mundo (TGEU, 2015), o surgimento desta corrente tem sido defendida como decisiva para o combate à violência transfóbica e a crimes de ódio motivados pela transfobia. Para além disso, o movimento trans no Brasil, a partir do ativismo de algumas travestis, tem possibilitado um crescente reconhecimento de direitos para as pessoas trans.

Em Portugal pode-se referir que o movimento político e científico feminista trans tem sido escasso, existindo apenas alguns trabalhos científicos produzidos e alguma ação política sobre o tema (Rodrigues, Carneiro & Nogueira, 2015). O feminismo trans emerge da necessidade de reconhecer às pessoas trans a possibilidade de protagonizarem as suas próprias histórias (Freitas, 2005) dentro do movimento feminista. Isto porque, quer o movimento feminista *mainstream*¹², quer uma parte muito significativa do movimento LGBT detêm uma história e um presente de exclusão das pessoas trans da sua agenda e da intervenção política (Alves, 2012).

12 Acolhido como um movimento à parte do feminismo. Apesar de se assumir esta diferença no presente trabalho, alguns/as autores/as consideram os termos, feminismo trans e transfeminismo como análogos (Kaas, 2013). Também definido como feminismo tradicional e institucional. Quando se utiliza a designação de feminismo *mainstream* ou institucional não se pretende desvalorizar o próprio movimento feminista. Tal designação remete, unicamente, para uma tentativa de apresentar as diferenças entre as várias correntes feministas e também uma tentativa de autocrítica de forma a reconhecer o feminismo como um movimento plural, que se constrói revendo, constantemente, os lugares que as pessoas vão assumindo no mundo.

Dito de outra forma, o feminismo trans surge, assumidamente, para tentar desconstruir o feminismo *mainstream* de base biologizante¹³ (Curiel, 2013; Saraiva, 2014) e as suas tensões para reconhecer também as mulheres trans dentro do próprio movimento feminista (Carvalho, 2014).

Assim, face à discriminação das pessoas trans no seio do movimento feminista e da sua invisibilidade no movimento LGBT, o feminismo trans emergiu como uma corrente do feminismo (Curiel, 2013) que reivindica a visibilidade, a autonomia e a emancipação das pessoas trans, opondo-se à estrutura ideológica que marginaliza este grupo social: o cissexismo¹⁴. Este termo tem sido usado principalmente no feminismo trans que pretende referir-se ao sistema que privilegia as pessoas cis¹⁵ (não trans) em detrimento das pessoas trans (Cabezas, Ortega & Galán, 2013; Alves, 2012; Platero, 2014). O cissexismo pode ser definido também como formas de sexismo que consideram as identidades de género de pessoas trans como menos legítimas do que as das pessoas cis (Serano, 2012).

O cissexismo manifesta-se, por exemplo, no modo como os indivíduos, as organizações não-governamentais e entidades públicas desvalorizam as experiências das pessoas trans nas suas identidades de género/sexo, nas formas de discriminação que podem enfrentar no mercado de trabalho e nos serviços de saúde, e na sua (maior) vulnerabilidade a diferentes tipos de violência (Serano, 2012).

O feminismo trans é um movimento político e de produção teórica crítica que discute a autodeterminação e legitimidade dos corpos e das identidades trans (Missé, 2014; Moreira, 2014; Ramos, 2009), construindo alianças e visibilidade das experiências trans, assumindo um compromisso contra qualquer tipo de discriminação (Jesus, 2014).

13 Segundo Linda Nicholson (1990) o feminismo *mainstream* tem adotado uma perspetiva essencialista ao nomear a categoria “mulher” como natural e estável.

14 Este termo foi cunhado no feminismo trans. No entanto nem todas as pessoas reconhecem este termo. Em vez deste conceito usam o termo transfobia.

15 São pessoas cuja designação do sexo aquando do nascimento corresponde aquela que a pessoa se sente pertencer. Dito de outra forma, cis ou (cis)género é um conceito que pretende definir as pessoas não trans, ou seja, pessoas em conformidade entre o sexo e o género. Este conceito, apesar das diferentes críticas na assunção do mesmo, foi criado como referencial para que as identidades trans não se configurassem como abjetas, já que não havendo uma categoria equivalente, as pessoas não-trans seriam a norma, enquanto as pessoas trans seriam a exceção (Moreira, 2014). Assumindo um posicionamento de que as categorias devem ser desconstruídas, em vez de as assumir de forma acrítica, é importante tendo em conta determinado contexto e de ação coletiva o reconhecermos do impacto destas categorias nas vidas das pessoas, criando ações de rutura e contra o sistema.

O feminismo trans procura transformar o pensamento e movimento feminista, empreendendo um contributo fundamental para a leitura da opressão baseada na desigualdade de género e não de sexo (Jesus & Alves, 2010), apresentando uma agenda que reúne um conjunto de reivindicações e lutas várias, fundadas nos princípios de igualdade de género e de justiça social. Destas reivindicações damos conta seguidamente.

Em primeiro lugar, embora o feminismo trans reconheça que há pessoas trans que desejam viver de acordo com o binarismo de género, este reivindica a desconstrução de tal binarismo de género (contributo fundamentalmente oriundo de perspetivas teóricas *queer*), numa recusa assumida com a ideia bio-essencializada de “se ser mulher” e de “se ser homem” (Lopes, 2015; Solá, 2013). Os/as feministas trans sustentam, ao invés, que as pessoas trans não são imitações das mulheres e homens “reais” (mulheres e homens cis) (Alves, 2012; Kaas, 2013). O feminismo trans acrescenta que as mulheres trans e homens trans não se transformaram em homens e mulheres. Todas as pessoas são designadas no registo de nascimento como homens e como mulheres e constroem-se ao longo da vida como mulheres ou como homens (correspondendo ou não às expectativas sociais) ou rompem com essas mesmas construções binárias (Jesus, 2012, 2014).

Este feminismo desconstrói o sujeito político do feminismo, quem tem legitimidade de se assumir e de reivindicar posicionamentos feministas e quais as agendas políticas de um movimento que se pretende progressista (Carvalho, 2014). A partir deste posicionamento é possível reconfigurar os significados de reconhecer mulheres com pénis e homens com vaginas (Jesus, 2012), por exemplo.

Em segundo lugar, está incluída na agenda feminista trans a despatologização das identidades trans. Com efeito, o feminismo trans sustenta a remoção do conceito de patologia (ainda) associado às transexualidades e às restantes identidades trans. A remoção da patologia dos manuais de classificações internacionais é integrada neste manifesto feminista, porque o rótulo de doença mental tem limitado a autonomia das pessoas trans, sendo que estas tiveram (e continuam frequentemente a ter) as suas identidades deslegitimadas pelo poder médico, estiveram (e estão muitas vezes) privadas do direito à saúde e de exercer autonomia sobre a gestão das suas identidades (Alves, 2012; Kaas, 2013; Missé, 2014). Por outras palavras, e segundo Aline Freitas (2005) a despatologização também, pelo prisma do feminismo trans, permite às pessoas em geral reconhecerem as pessoas trans como as únicas possíveis de legitimar as suas próprias identidades e corpos

e são estas as protagonistas das suas próprias vidas, resistindo a diferentes poderes (e.g., jurídico, médico e psicológico) (Oliveira, 2014).

O reconhecimento da autodeterminação dos corpos e das identidades trans permite-nos conhecer as implicações das normatividades e expectativas dos corpos e das identidades das pessoas. Com a patologização reduz-se as experiências plurais de trajetos trans, impossibilitando um espaço seguro e de exercício dos seus desejos e das suas vontades (Moreira, 2014).

Em terceiro lugar, uma outra proposta do feminismo trans é o combate à violência cissexista/ transfóbica. O cissexismo é um sistema opressor das pessoas cis sobre as pessoas trans. Reconhece-se que existem discursos cissexistas, isto é, a deslegitimação das identidades trans. O discurso médico que patologiza as identidades trans pode, igualmente, ser considerado um discurso transfóbico e cissexista. Para além disso, o feminismo trans considera pejorativa a expressão homens ou mulheres “biológicos/as” para se referir a homens cis e a mulheres cis, já que homens e mulheres trans também são biológicos/as. Para além disso, o critério para diferenciar as pessoas cis de pessoas trans está mais relacionado com a questão social e não com a questão biológica, apesar de alguns/as trans desejarem a alteração dos seus corpos físicos (Alves, 2012; Kaas, 2013; Serano, 2012).

Em quarto lugar, a agenda feminista trans incluiu a necessidade de dar visibilidade às sexualidades das pessoas trans não heterossexuais. Para além disso, reforça a noção de que a identidade de género não é o mesmo que a orientação sexual, isto porque as pessoas trans, tal como as pessoas cis podem legitimamente ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais, assexuais ou mesmo recusar qualquer pertença identitária relacionada com a atração e/ou desejo sexual (Alves, 2012; Kaas, 2013; Saraiva, 2014) e/ou romântico. Nesta agenda feminista reconhece-se, coletivamente, esse pluralismo e diversidade sexual como primordiais em sociedades inclusivas (Corrêa & Parker, 2011; Saraiva, 2014) e a desconstrução do género e da heterossexualidade dentro dos debates e posicionamentos feministas, não impossibilitando que os debates sobre sexismo invisibilizem os debates sobre o heterossexismo dentro do próprio movimento feminista (Solá, 2013).

A agenda feminista trans incluiu também nas suas reivindicações direitos sexuais e reprodutivos para todas as pessoas – uma proposta mais emancipadora é o alargamento dos direitos sexuais e reprodutivos para homens trans ¹⁶, tal como para mulheres cis se reivindica o direito ao aborto. Ao não incluir homens trans nos direitos sexuais e reprodutivos reforça-se a ideia da “biologização” dos corpos femininos e masculinos, como se só mulheres pudessem engravidar e homens não. Nesta agenda alarga-se os direitos sexuais e reprodutivos para as pessoas trans, não devendo estas serem obrigadas à esterilização como requisito para obter reconhecimento das suas identidades (Alves, 2012). Finalmente, a agenda feminista trans amplia a noção de sujeito político do feminismo, deixando de se remeter apenas para a mulher branca heterossexual, passando a incluir outras mulheres invisibilizadas pelo próprio sistema, tais como as mulheres negras, pobres, idosas, lésbicas e/ou trans (Jesus & Alves, 2010). O alargamento destes discursos e práticas estão marcadamente associados aos debates dentro do próprio movimento feminista, com o alargamento, por exemplo, de algumas correntes feministas (pioneirismo do feminismo negro) para a necessidade de entender o sistema sexo/género e a sexualidade, ampliando a noção de sujeito político do feminismo (Solá, 2013), questões que foram, de resto, já aprofundadas no âmbito deste trabalho aquando da referência à teoria da interseccionalidade, que agora se coloca aqui em jogo por ligação ao feminismo trans.

Assim, o feminismo trans surge como uma corrente capaz de incluir outras pessoas (principalmente as pessoas trans) dentro dos debates feministas, uma vez que algumas perspetivas feministas não têm incluído a realidade de outras pessoas (e.g., trans) na sua agenda e intervenção política (Moreira, 2014). Partilha-se do posicionamento de que a crítica dentro do feminismo negro, muçulmano, trans, etc, tem possibilitado alargar a discussão e potenciar um movimento mais emancipatório e plural. Incluir, também, os “*disability studies*”¹⁷ dentro das abordagens feministas será mais uma forma de alargar as discussões e promover lutas mais emancipatórias e inclusivas no próprio movimento (Moreira, 2014).

16 Pense-se no exemplo (não único) do chamado “homem grávido”, Thomas Beatie nos EUA (Goldberg & Thomson, 2009) e o quanto ele é manifestamente uma contrariedade a tais concepções de associação da gravidez exclusivamente às “mulheres”.

17 Os estudos sobre a deficiência ou sobre a diversidade funcional (teoria crip) entendem as corporalidades destas pessoas como não patológicas (Moreira, 2014). As pessoas com sexualidades não normativas e/ou com diversidade funcional têm uma história de patologização, e, por isso, de opressão das suas vidas. São pessoas que necessitam de uma “aprovação” médica que defina o que é normal e anormal (patológico), promovendo “dispositivos de normalização” sobre os corpos e identidades, ditando, inclusive, quais os corpos que podem ser desejados e quais os que podem desejar (Platero, 2013).

Assim, o feminismo trans reforça a discussão feminista sobre um outro aspeto relevante: o de que a opressão, especificamente a que se abriga nos sexismos, está relacionada com outras formas de opressão, tais como o heterossexismo, racismo, classismo, ableísmo entre outras (Serano, 2012).

O feminismo trans possibilita uma ação conjunta de práticas e de teorias dentro do movimento feminista, dando destaque à pluralidade de experiências e de opressões para diferentes pessoas. Além disso, visibiliza os novos desafios num compromisso de resistência e de combate ao sexismo e outras formas de opressão, nomeadamente o cissexismo e o heterossexismo (Solá, 2013).

O feminismo trans reconhece as diferentes identidades (bem como reconhece a possibilidade de recusa de matrizes identitárias) e a pluralidade de corpos como igualmente possíveis e legítimos (e desejáveis). Assim, o feminismo trans não se centra apenas na opressão do sistema opressor “cissexismo”, mas em outros e variados “ismos” (e.g., sexismo, racismo, heterossexismo, ableísmo, ageísmo), reconhecendo que é fundamental não hierarquizar opressões (“legado” do feminismo negro), porém centra a sua discussão na visibilidade das pessoas trans que são subalternizadas pelas pessoas não trans (Jesus, 2012).

O feminismo trans também alerta para a questão do privilégio do “*passing*” (“passabilidade”), expressão que é muito usada no sentido de referir que algumas pessoas trans passam por cis¹⁸ e quanto mais “passável” é menor a probabilidade de poder sofrer de transfobia (Jesus, 2012, 2014), modalidades estratégicas já antes mencionadas neste nosso trabalho. Este conceito está marcadamente relacionado com a noção de corpo abjeto trans e também pelo facto de algumas pessoas trans mostrarem contentamento por serem percebidas como cis. É fundamental reconhecer a legitimidade destes sentimentos de conforto de algumas pessoas trans, uma vez que pode ajudar a reduzir a violência e discriminação que passam. Contudo, importa problematizar o impacto desta ação ao poder reforçar o sistema cissexista.

18 Pode-se fazer um paralelismo com o conceito de homofobia internalizada, não no sentido de responsabilizar as pessoas oprimidas da sua condição de oprimidas, mas no sentido de perceber o impacto que os sistemas opressores têm nas pessoas oprimidas, produzindo nestes discursos internalizados de desvalorização dos seus corpos e identidades. Dito de outra forma, o sistema cissexista faz com que muitas das pessoas trans interiorizem concepções negativas a seu respeito. O agrado/satisfação por serem percebidas como cis é apenas um reflexo disso, deste sistema opressor, que traz, por sua vez, consequências para a própria construção das subjetividades trans, que devem de igual forma serem respeitadas e legitimadas (Missé, 2014; Platero, 2014).

Por exemplo, viviane v. (2014) refere quão frustrante é saber que o seu empoderamento enquanto mulher trans está relacionado com o facto de ela desenvolver estratégias de “passing”, de pertencer à classe social média e ser branca.

O feminismo trans é, assim, um movimento político que tem contribuído de modo muito relevante para a desconstrução do binarismo de género e das perspetivas essencialistas; ele reforça o carácter interseccional das opressões; valoriza as lutas políticas e experiências pessoais de pessoas trans; e é um movimento que não se restringe para quem nele quiser participar, possibilitando portanto que nele se envolvam ativamente tanto pessoas que se identifiquem como trans, quanto pessoas que se identifiquem como cis (Jesus & Alves, 2010).

O feminismo trans representa a possibilidade de criar um movimento de e com pessoas de diferentes “raças”, géneros e orientações sexuais (e/ou que se revejam noutras categorias sociais de pertença para além destas), que estejam comprometidas com os valores de justiça social nos vários aspetos da vida em sociedade. Também o feminismo (e neste caso, particularmente o feminismo trans) traz a possibilidade de reinventar novas formas de produção de conhecimento e de movimento político capaz de confrontar os sistemas heterocoloniais (sistemas que tem como pressuposto a valorização da heterossexualidade e dos sistemas coloniais) e a hegemonia do mercado (capitalismo) como os lugares de produção da verdade (Preciado, 2013).

O feminismo trans assume-se como um projeto inacabado, parcial e situado, comprometido com o presente, reconstruindo saberes subversivos, situados, das experiências reais e das memórias de um movimento político que se constrói para além dos saberes institucionais e ao serviço de quem luta pelo feminismo (Solá, 2013), de quem reivindica a justiça social. Tal como refere Platero (2015) numa entrevista já referenciada anteriormente:

A discriminação segue existindo, às vezes em forma de paternalismo que parece bem-intencionado, outras vezes em forma de diagnóstico médico ou de tutela legal, menos vezes, mas mais dramáticas, na forma de atos violentos. Ao mesmo tempo, cada vez mais há pessoas trans, famílias e profissionais que estão resistindo a este futuro fatalista e constroem outras maneiras de viver. As pessoas trans são muito mais do que as normas que não cumprem. (¶ 13, tradução livre)

De forma progressista as reivindicações feministas trans mais do que estarem enformadas numa política inscrita nos corpos contra a heteronorma, são aquelas que alertam para o facto de que as práticas radicalmente emancipatórias serão aquelas que assumirem viver com a conceção de que a identidade é efetivamente uma ficção (Butler, 1995, 2008; Carvalho, 2014). Assumir a identidade como uma ficção não se construirá como um processo fácil, mas potenciará uma realidade mais libertadora para as pessoas que mais diretamente rompem com a heteronorma, mas também para as pessoas em geral. Sociedades que respeitem a pluralidade potenciam que as pessoas que vivem nelas sejam mais livres.

Referências Bibliográficas

- Alves, H. (2012). Introdução ao transfeminismo. Transfeminismo. Obtido em: <http://transfeminismo.com/introducao-ao-transfeminismo/>
- Amâncio, L. (1994). Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença. Porto: Afrontamento.
- Antunes, P. P. S. (2010). Travestis envelhecem? Dissertação de Mestrado em Gerontologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Obtido em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=11719
- Bachiller, C. R. (2012). Prólogo. Enmarañadxs en las sexualidades (reflexiones para tiempos de crisis). In R. L. Platero (Ed.), *Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada*. Temas contemporáneos (pp.9-14). Barcelona: Edicions Bellaterra.
- bell hooks (1981). *Ain't I a woman: Black Women and Feminism*. London: Pluto Press.
- Berger, M.T., & Guidroz, K. (2009). Introduction. In M.T. Berger & K. Guidroz (Eds.), *The intersectional approach. Transforming the academy through Race, Class & Gender* (pp.1-22). Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- Butler, J. (1995). *Conscience Doth Make Subjects of Us All*. *Yale French Studies*, 88, 6-26.
- Butler, J. (2008). A response to Ali, Beckford, Bhatt, Modood and Woodhead. *The British Journal of Sociology*, 59(2), 255-260.
- Cabezas, L. P., Ortega, E., & Galán, J.I.P. (2013). Adolescentes transexuales en las aulas. Aproximación cualitativa y propuestas de intervención desde la perspectiva antropológica. In O. Cabrera & L. Cabezas (Eds.), *Transsexualidad, adolescencias y educación: miradas multidisciplinares* (pp.189-216). Barcelona, Madrid: Egales Editorial.
- Carneiro, N. S. (2013). Contra a “Violência de Inexistir”: Psicologia Crítica e Diversidade Humana. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 40-47. Obtido em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n1/06.pdf>
- Carvalho, N. S. (2014). Gênero e sexualidade: intersecções em disputa. In Jaqueline Gomes de Jesus (Ed.), *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (pp. 69-84). Rio de Janeiro: Metanoia Editora.
- Clarke, V., Ellis, S., Peel, E., & Riggs, D. (2010). *Lesbian, gay, bisexual, trans and queer psychology: an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press. Obtido em: http://eprints.uwe.ac.uk/11732/6/CHAPTER_1.pdf
- Coll-Planas, G. (2012). “El circo de los horrores”. Una mirada interseccional a las realidades de lesbianas, gays, intersex y trans. In R. L. Platero (Ed.), *Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada*. Temas contemporáneos (pp. 255-276). Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Collins, P. H. (1991). *Black Feminist Thought. Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Londres: Routledge.
- Combahee River Collective* (1977/2012). Un manifesto feminista Negro. In R. L. Platero (Ed.), *Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada*. Temas contemporáneos (pp.75-86). Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Corrêa, S., & Parker, R. (2011). *Sexualidade e política na América Latina: histórias, intersecções e paradoxos*. Rio de Janeiro: ABIA.
- Costa, C., Pereira, M., Oliveira, J.M., & Nogueira, C. (2010). Imagens sociais das pessoas LGBT. In C. Nogueira & J. M. Oliveira (Eds.). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género* (pp. 93-147). Lisboa: CIG.

- Crenshaw, K. (1991/2012). Cartografiando los márgenes. Interseccionalidad, políticas identitarias, y violencia contra las mujeres de color. In R. L. Platero (Ed.), *Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada*. Temas contemporáneos (pp.87-122). Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Crenshaw, K. (1994). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. In M. Albertson Fineman & R. Mykitiuk (Eds.), *The Public Nature of Private Violence* (pp. 93-118). New York: Routledge.
- Curiel, O. (2013). La nación heterosexual. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Bogotá: Brecha Lésbica.
- Davis, A. (1981/2004). *Mujeres, raza y clase*. Madrid: Ediciones Akal, S.A.
- De Lauretis, T. (2000). Diferencias: etapas de un camino a través del feminismo. *Cuadernos inacabados*, 35. Madrid: Horas y Horas.
- DeFrancisco, V.P., & Palczewski, C.H. (2007). *Communicating gender diversity. A critical approach*. Londres: Sage Publications.
- Duclos, N. (1993). Disappearing Women: Radical Minority Women in Human Rights Case. *Canadian Journal of Women and the Law*, 6, 25-51.
- Fernández-Rouco, N., Sánchez, F., & González, R. (2012). Transexualidad y vejez: una realidad por conocer. *Revista Kairós Gerontología*, 15(5), 15-25. Obtido em: file:///C:/Users/Liliana/Downloads/15308-37239-1-SM.pdf
- Ferree, M. M. (2009). Inequality, Intersectionality and the Politics of Discourse: Framing Feminist Alliances. In E. Lombardo, P. Meier & M. Verloo (Eds.), *The discursive politics of gender equality: stretching, bending and policy-making*. Londres: Routledge.
- Ferreira, G. G. (2014). A prisão sobre o corpo trans: gênero e significados sociais. In J. G. Jesus (Ed.), *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (pp. 108-123). Rio de Janeiro: Metanoia Editora.
- Fredman, S. (2005). Double Trouble: multiple discrimination and EU Law. *European Anti-Discrimination Law Review*, 2, 13-19. Obtido em: http://ec.europa.eu/justice/discrimination/files/lawrev2_en.pdf
- Freitas, A. (2005). Ensaio de construção do pensamento transfeminista. Centro de Mídia Independente.
- Grabham, E. (2006). Taxonomies of Inequality: Lawyers, Maps and the Challenge of Hybridity. *Social and Legal Studies*, 15(1), 5-23.
- Grabham, E., Cooper, D., Krishnadas, J., & Herman, D. (Eds.) (2009). *Intersectionality and Beyond: Law, Power, and the Politics of Location*. Reino Unido: Routledge-Cavendish.
- Jesus, J. G. (2012). Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Obtido em: https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989
- Jesus, J. G. (2014). Interlocações teóricas do pensamento transfeminista. In J. G. Jesus (Ed.), *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (pp. 3-18). Rio de Janeiro: Metanoia Editora.
- Jesus, J. G., & Alves, H. (2010). Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Cronos*, 11(2), 8-19. Obtido em: <http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/article/view/2150/pdf>
- Kaas, H. (2013). O que é e porque precisamos do transfeminismo. In L. Sakamoto & M. Kubik Mano (Eds.), *A quem pertence o corpo da mulher? Reportagens e Ensaios*, (pp. 103-112). São Paulo: Repórter Brasil.
- Knapp, G. (2005). Race, Class, Gender. Reclaiming Baggage in Fast Travelling Theories. *European Journal of Women's Studies*, 12(3), 249-265.
- Lev, A. I. (2004). *Transgender emergence: Therapeutic guidelines for working with gender-variant people and their families*. New York, NY: Routledge.
- Lopes, F. H. (2015). Agora, as mulheres são outras. Travestilidade e envelhecimento. In J. G. Jesus (Ed.), 2ª edição. *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (pp. 171-192). Rio de Janeiro: Metanoia Editora.
- McCall, L. (2005). The Complexity of Intersectionality. *Signs: Journal in Culture and Society*, 30(3), 1771-1800.
- Missé, M. (2014). *Transexualidades: Outras Miradas Possíveis*. 2ª Edição. Barcelona, Madrid: egales editorial.
- Money, J., Clarke, F., & Mazur, T. (1975). Families of seven male-to-female transexuais after 5-7 years: Sociological sexology. *Archives of Sexual Behavior*, 4(2), 187-197.
- Moreira, F. (2014). Não-vidência e transexualidade: questões transversais. In J. G. Jesus (Ed.). *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (pp. 125-135). Rio de Janeiro: Metanoia Editora.
- Nash, J. C. (2008). Re-thinking intersectionality. *Feminist review*, 89, 1-15.
- Nogueira, C. (2001). Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero. *Perspectiva feminista crítica na psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nogueira, C. (2013). A Teoria da Interseccionalidade nos estudos de gênero e sexualidades: condições de produção de “novas possibilidades” no projeto de uma psicologia feminista crítica. In A. Brizola, A. Zanella,

- & M. Gesser (Eds.), *Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos* (pp.227-248). Florianópolis: ABRAPSO – NUPPE/CFH/UFSC, 2013.
- Nogueira, C., & Oliveira, J. M. (2010). Introdução: Um olhar da psicologia feminista crítica sobre os direitos humanos de pessoas LGBT. In C. Nogueira & J. M. Oliveira (Eds.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero* (pp. 9-17). Lisboa: CIG.
- Oliveira, A. L. (2014). Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. In J. G. Jesus (Ed.), *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (pp. 87- 105). Rio de Janeiro: Metanoia Editora.
- Pelúcio, L. (2006). *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo da aids*. São Paulo: Annablume.
- Platero, R. L. (2012). Introducción. La interseccionalidad como herramienta de estudio de la sexualidad. In R. L. Platero (Ed.), *Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada*. Temas contemporáneos (pp. 15-72). Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Platero, R. L. (2013). Una mirada crítica sobre la sexualidad y la diversidad funcional: Aportaciones artísticas, intelectuales y activistas desde las teorías tullidas (crip) e *queer*. In M. Solá & E. Urko (Eds.), *Transfeminismos: Epistemes, fricciones y flujos* (pp. 211-223). Tafalla: txalaparta
- Platero, R. L. (2014). *Trans*sexualidades: Acompañamiento, factores de salud y recursos educativos*. Barcelona: edicions bellaterra.
- Platero, R. L. (2015). Entrevista a Raquel (Lucas) Platero. Burgosdigital. Obtido em: <http://burgos-dijital.blogspot.pt/2015/05/entrevista-raquel-lucas-platero.html?spref=fb>
- Preciado, B. (2013). Prólogo: Decimos revolución. In M. Solá & E. Urko (Eds.), *Transfeminismos: Epistemes, fricciones y flujos* (pp. 9-13). Tafalla: txalaparta.
- Puar, J. (2007). *Terrorist Assemblages: homonationalism in queer times*. Durham: Duke University Press.
- Ramos, J. (2009). En busca de la esencia perdida. Las identidades desde una perspectiva trans. Obtido em: http://feministas.org/IMG/pdf/Juana_Ramos.pdf
- Rodrigues, L., Carneiro, N. S., & Nogueira, C. (2015). Transexualidades: olhares críticos sobre corpos em crise. In Jaqueline Gomes de Jesus (Ed.), *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (pp. 151-170). 2ª Edição. Rio de Janeiro: Metanoia Editora.
- Saraiva, M. S. (2014). Gênero e orientação sexual: uma tipologia para o movimento transfeminista. In J. G. Jesus (Ed.), *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (pp. 43-68). Rio de Janeiro: Metanoia Editora.
- Sentamans, T. (2013). Redes transfeministas y nuevas políticas de representación sexual. Diagramas y flujos. In M. Solá & E. Urko (Eds.), *Transfeminismos: Epistemes, fricciones y flujos* (pp. 31-44). Tafalla: txalaparta.
- Serano, J. (2012). Trans feminism: there's no conundrum about it. Obtido em: <http://msmagazine.com/blog/2012/04/18/trans-feminism-theres-no-conundrum-about-it>
- Solá, M. (2013). Introducción: Pre-textos, con-textos y textos. In M. Solá & E. Urko (Eds.), *Transfeminismos: Epistemes, fricciones y flujos* (pp. 15-27). Tafalla: txalaparta.
- STP (2015). Día Internacional de Acción por la Despatologización Trans. Obtido em: <http://www.stp2012.info/old/pt>
- Taylor, Y. (2009). Complexities and complications: Intersections of class and sexuality. *Journal of Lesbian Studies*, 13(2), 189-203.
- TGEU (2015). *Trans Murder Monitoring 2015*. Obtido em: <http://tgeu.org/tmm-idahot-update-2015/>
- Valentine, D. (2007). *Imagining transgender. Na ethnography of a category*. Durham: Duke University Press.
- viviane v. (2014). É a natureza quem decide? Reflexões trans* sobre gênero, corpo e (ab?)uso de substâncias. In J. G. Jesus (Ed.), *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (pp. 19-41). Rio de Janeiro: Metanoia Editora.
- Witten, T.M. (2004). Life course analysis: The courage to search for something more: Middle adulthood issues in the transgender and intersex community. *Journal of Human Behavior in a Social Environment*, 8(3-4), 189-224.
- Yuval-Davis, N. (2006). Intersectionality and feminist politics. *European Journal of Women's Studies*, 13(3), 193-209.





Painel de testemunhos

TESTEMUNHOS

MULHERES LÉSBICAS, BISEXUAIS E/OU TRANS

Eduarda Ferreira

Psicóloga Educacional. Investigadora

Alexa, Clara, Eduarda e Júlia, partilharam num debate as múltiplas discriminações que foram sentindo ao longo das suas vidas. Cada uma delas tem uma determinada constelação identitária, composta por múltiplas e diversas dimensões. Neste grupo, o facto de se autoidentificarem como mulheres lésbicas, bissexuais e/ou trans, são as dimensões que as aproximam. Mas para além destas dimensões, existe toda uma complexidade de fatores e experiências que dão coloridos diferentes às experiências de discriminação. Têm muitas diferenças como a idade, cor da pele, situação profissional, local de nascimento, percurso de vida, ...

Das várias narrativas podemos encontrar algumas linhas comuns como a autoconsciência da diferença e o peso do contexto heteronormativo, que constituem o pano de fundo das múltiplas discriminações vividas. A falta de referências, principalmente para as mais velhas, foi identificada como uma das grandes dificuldades. Sentir que algo é diferente, mas não ter as palavras para nomear esse sentir-se diferente.

Eu nasci em 1967, tenho 50 anos e portanto, também sou do tempo em que a homossexualidade era penalizada e do tempo em que não se falava dessas coisas. De tal forma não se falava que na minha adolescência não tinha consciência alguma se era ou não homossexual, se era ou não era lésbica. Clara

O que eu senti foi o isolamento. Isso sim. Esse isolamento e não ter referências. Isso foi uma coisa que pesou na minha vida. E pesou em todas as decisões que tomei em todo o meu percurso, inclusive o profissional, em tudo. Eduarda

No caso da identidade de género esta dificuldade ainda se verificou mesmo em quem é mais jovem, por ser uma realidade que só começou a ter visibilidade muito mais tarde do que as questões relacionadas com a orientação sexual.

Na altura já não tinha dúvidas nenhuma de que eu era uma mulher. ... Os meus pais instalaram internet em casa, a meio da minha adolescência e durante pouco tempo. Porque mal eu tive acesso àquela ferramenta, comecei a pesquisar sobre LGBT, sobre identidade de género, procurar informações que me ajudassem a perceber aquilo que eu já sabia, mas que tinha informação muito limitada. Embora, privilegiada em relação à maioria das pessoas trans, mesmo da minha idade, que dizem que demoraram muito tempo a conseguir ter informação. Júlia

Para além da importância de dar um nome ao que se sente, a necessidade constante de autoafirmação, de ser necessário estar sempre a afirmar algo para que determinados aspetos da identidade não sejam omitidos e desvalorizados. Mesmo após uma mulher se assumir como lésbica, bissexual ou trans existe muitas vezes a tendência de não referir esse assunto, de o remeter para o ‘não dito’, de fazer de conta que esse aspeto da vida das pessoas não existe ou é simplesmente irrelevante.

Só para dizer que esta questão das visibilidades tem impactos. Não é pacífica. Não é simples. Inclusive teve impactos nas minhas relações pessoais. A relação que eu tinha na altura acabou. Acho que em grande parte pela questão da visibilidade. Para mim a questão da visibilidade era fundamental. Para a outra pessoa, não. Não era. Ainda hoje não é e tem toda a liberdade de não ser. Cada pessoa tem a sua vida. Ela para mim “ah, mas na minha família toda a gente sabe...” Para a família dela não era claro que éramos um casal. Sabe, mas não se fala. ... O falar, o nomear, para mim faz a diferença. Faz a diferença, torna as coisas diferentes. Eduarda

A família e o local de trabalho são os espaços da vida do dia-a-dia mais complexos e difíceis de negociar. São os espaços e as pessoas com quem interagimos com maior frequência e com muita intensidade emocional. Algo que não corra bem nestes espaços pode afetar de forma muito negativa toda as outras áreas da vida. *Depois por opção minha, não sei se devido às dificuldades que eu tinha também em me assumir, isto, para mim própria, ou se realmente por uma questão de proteção minha e também dos meus familiares, esse percurso foi um percurso longo, longo no tempo, portanto. Eu nunca cheguei e nunca disse: “eu sou lésbica, ou me aceitam, ou não aceitam”. Não, nunca! Nunca fiz isto. Não sei se propositadamente, mas ainda hoje acho que foi a melhor forma de o fazer. Clara*

O ativismo tem um enorme potencial de empoderamento, de tomada de consciência de que o pessoal é político e de que as nossas pequenas ações do

quotidiano têm um potencial transformador. É também no ativismo que se encontram espaços seguros em que é possível experimentar novas formas de estar e interagir, e ganhar força para enfrentar espaços públicos e privados em que a discriminação se faz sentir.

Acho que as associações também têm esta capacidade, de tornarem-se nossas famílias quando há falta delas. Alexa

A importância do Clube Safo, para mim, foi ter uma postura de grande visibilidade. Mais uma vez, não era só aquela questão de ir para encontros fechadinhos, em espaços fechados, reservados. E foi isso que me apaixonou no clube e que eu achei que realmente podia fazer a diferença na vida de muitas mulheres e jovens – era ir para espaços públicos com grande visibilidade. Eduarda

... estarmos ou não dentro das associações e de nos relacionarmos com outros e eu acho que isto foi extremamente importante, na minha vida. Foi quando estive no Clube Safo que tomei a consciência plena do que era ser lésbica, na sociedade. E foi também aí que me empoderei. Porque até aqui, eu tinha sempre vivido com esta mulher. Vivía com ela há já 11 anos e, como digo, não me sentia diretamente discriminada, mas se calhar também não era completamente visível. Na família, sim! Mas fora dela, não! Ao estar nas atividades do Clube Safo, trouxe-me isto. Trouxe-me o empoderamento. Trouxe-me a força de dizer “eu sou isto, e é desta forma que me assumo”. Aliás, eu costumo dizer que me assumi como lésbica, ou por outro lado, passei a dizer: “eu sou lésbica”. E, passei a dizê-lo porque politicamente eu decidi que o iria fazer. Clara

Entretanto, da Rede Ex Aequo eu passei para a ILGA. Coordenei o grupo trans e fiz todo o meu percurso, e estou a falar desde os meus 18 anos, até há bastante pouco tempo, a construir a minha identidade, ao mesmo tempo que estava a ensiná-la aos outros. Isto terá algo de positivo? Acredito que tenha. Realmente, sinto-me muito orgulhosa, quando olho para o estado do debate, em relação às questões trans em Portugal e vejo a diferença, não é? Júlia

As mudanças legais ocorridas em Portugal nos últimos anos, são determinantes para uma maior sensação de segurança e de pertença. As mudanças legais não transformam automaticamente a sociedade, mas permitem o exercício de direitos sem os quais a discriminação seria muito mais forte.

Em relação às questões legais, eu vivi num tempo em que a homossexualidade era criminalizada em Portugal. ... Só em 82, é que a lei deixou de criminalizar a questão da homossexualidade. Já eu tinha 20 anos. Nessa altura já tinha namorada. ... Mas isto é importante, tendo o contraponto de hoje em dia, ver como as coisas são. Ver a diferença de uma altura em que era criminalizada, até hoje em que sou casada com outra mulher, portanto, que a lei permite isso. Se quiséssemos até ter uma coadoção, ou adotar, isso seria possível. Eduarda

Apesar da importância do ativismo LGBTI, no caso específico das questões relacionadas com mulheres lésbicas, bissexuais e/ou trans, as associações e coletivos maioritariamente refletem o sexismo dominante da nossa sociedade. Esta realidade contribui para que, em Portugal, exista uma maior aproximação ao movimento feminista na intervenção social e política das questões de orientação sexual e identidade de género de mulheres.

Mas, o que eu senti, que depois onde haveria mais espaço de intervenção, (por isso estamos aqui hoje). Eu considero e tenho defendido este ponto de vista muitas vezes, que em Portugal o movimento feminista tem sido mais aberto às questões da visibilidade lésbica, propriamente, do que muitas vezes as associações LGBTI, no seu conjunto, naquelas, mais chapéu. Aquelas que abarcam todas as questões. E continua a haver algum sexismo, alguma predominância, enfim, mais masculina. Aliás, como há no resto da sociedade, também há nessas associações LGBTI. As relações pessoais são ótimas, as pessoas gostam todas muito umas das outras e está tudo muito bem. Mas de facto depois a dinâmica e como o discurso passa, a narrativa passa e como é que a visibilidade passa, não é a mesma. Eduarda

Mas, para além do sexismo dominante no movimento LGBTI, um dos aspetos mais preocupantes do ativismo é o basear-se em características identitárias isoladas sem considerar a complexidade de cada pessoa, a sua interseccionalidade específica. Cada grupo ou associação tende a centrar-se só num aspeto da identidade das pessoas, limitando não só a sua intervenção social e política, como a possibilidade de as pessoas se sentirem verdadeiramente incluídas, reconhecidas e representadas.

O que mais me custa é a discriminação dentro de espaços que se dizem seguros ou aceitantes da diversidade. ... é muitas vezes nos grupos LGBT e muitas vezes nos grupos feministas, que eu encontro também muita discriminação. Já nem me choca que a sociedade seja discriminatória em relação àquilo em que sou diferente da norma. Mas o que me custa mais é a discriminação dentro de

espaços que se dizem seguros, ou que se dizem aceitantes da diversidade. A mim, faz-me confusão entrar no espaço de feministas negras e me dizerem “Então está tudo bem com o senhor?” e eu fico...senhor?? De onde é que me conhecem para dizerem que é senhor? “Ah, peço imensa desculpa, não reparei que era uma menina.” Entretanto começo a perceber, primeiro era um senhor, cinco minutos depois já sou uma menina. Ok, vamos lá então a perceber onde é que...ou seja, em grupos muito marcadamente relacionados com a questão da raça, eu não me sinto à vontade porque imediatamente não há um entendimento da intersecção em que eu sou uma mulher lésbica, uma mulher que se calhar não se identifica com a ideia de mulher especificamente. E isto é muito complicado porque entra numa esfera que também é íntima, mas também é política, talvez. Em que eu tenho de me disponibilizar para, naquele espaço, estar a explicar de que forma é que eu vivo a minha identidade diferente. Depois há também a questão de, nos grupos LGBT haver um olhar completamente fechado às questões de raça. Alexa

A diversidade de experiências das participantes no debate também permitiu analisar algumas especificidades de cada percurso de vida. Alguns aspetos que cada uma partilhou deram-nos a conhecer algo mais sobre condições específicas que influenciaram a forma de viver e sentir o que é ser mulher lésbica, bissexual a/ou trans.

O agregado familiar – trigémeas

Antes de me entender como pessoa singular, entendi-me muito enquanto “tribo”, porque no dia 8 de Março de 1987 nasceram 3 meninas da barriga da minha mãe, que era cabo-verdiana, na cidade de Faro, que sou eu e mais duas iguais a mim, ou que me quiseram convencer disso durante 30 anos de vida. Quer dizer, continuam a tentar convencer-me e eu costumo dizer que não, que somos 3 pessoas completamente diferentes. ... Enquanto encontras uma segurança no sentido de que parece que nunca estás sozinha no mundo, isso é uma realidade. Mas isso também vem com uma contradição que é nunca estás sozinha no mundo. E então eu sinto que apesar de ter sido um processo bastante interessante e rico, foi uma característica da minha vida que fez com que eu tenha levado algum tempo mais a descobrir a minha individualidade e aceitar que podia ser uma pessoa individual. Alexa

A dificuldade em lidar com situações de discriminação direta

Senti o peso da discriminação direta. Eu sou assumidamente lésbica há muitos anos: no trabalho, na família, nos amigos, etc. E, no meu trabalho, há cerca de dois anos, ... senti a discriminação direta, com base na minha orientação sexual. O que eu queria dizer sobre isto? Queria dizer que nós temos muitas teorias (e falamos muitas vezes) e durante anos andei a dizer às pessoas: “não se deixem discriminar. Façam queixa, apresentem queixas, mexam-se. Façam isto, aquilo e aqueloutro”. E de repente, numa situação que está diretamente ligada comigo – eu faço zero! Tive alguma pressão, algumas pessoas que me disseram: “isto é discriminação. Tens que apresentar queixa contra esse senhor”. Eu própria pensei e foi uma luta interior. Pensei moralmente e politicamente “com todo o percurso que tenho, deveria apresentar queixa”. Não deveria deixar que me discriminassem, porque tenho obrigação política e social de fazer as coisas de forma diferente, que é isso que eu tenho vindo a dizer a toda a gente. E, simplesmente não o fiz. ... Quero dizer, fi-lo. Pedi para sair. Não conseguia continuar a trabalhar ali. Clara

O peso da cor da pele

Nós éramos as 3 miúdas únicas, na Escola, que tínhamos uma cor diferente e as pessoas hoje em dia dizem-me assim: “Alexandra, tu não és preta!”. Vai dizer isso aos meus colegas de Liceu e eles dizem-me..... “Não, não, estas eram as únicas pretas que nós tínhamos na Escola e vocês não nos podem tirar isso”. E, portanto, o ser preta faz muito parte da minha identidade, enquanto pessoa porque, mesmo que as outras pessoas não me reconheçam, à minha negritude, a minha negritude sempre me acompanhou e é uma negritude clara, obviamente. As pessoas olham para mim e dizem: “Não, mas a tua pele é clara”. E é, realmente, é uma negritude de pele clara, mas não deixa de ser negritude, por isso. Alexa

Para além do binarismo de género

Na altura, ainda não havia ninguém a identificar-se como pessoa não binária. Embora algumas dessas pessoas, mais tarde, percebessem que se sentiriam mais confortáveis assumindo uma identidade não binária, do que uma identidade marcadamente, conforme era necessário para o diagnóstico, não é? E é nesse desenvolvimento que, depois em 2011, crio também um projeto ... por realmente não nos conseguirmos encaixar. Então, vamos fundar a nossa, e nós fundámos a Ação pela Identidade. Júlia

A maior dificuldade nas questões de identidade de gênero

Foi a partir daí, que da fase de explicar às outras pessoas e numa primeira fase, sobretudo, a pessoas LGB, o que é que era ser trans, comecei a pensar: “não”, o que eu tenho que fazer é explicar às restantes pessoas trans. Já que eu tenho o privilégio de ser a mais espevitada neste sentido e estar sempre a ler, a procurar, também. Fiz uma formação e também faço parte de um partido político em que se falava muito sobre feminismo. Portanto, tive formação feminista também por aí. E, quis levar um bocadinho essa formação feminista para dentro desta organização LGBT, para dentro deste grupo trans, para lhes ensinar (a eles) de alguma forma (não quero soar pretensiosa a dizer que fui ensinar alguma coisa), a desenvolvermos em conjunto um pensamento feminista, que nos permitisse superar o nosso diagnóstico. Até porque todos nós tínhamos sempre a conclusão: “não! Nós somos mais do que o nosso diagnóstico e antes do nosso diagnóstico, já nos sentíamos homens, mulheres”. Júlia

O debate e as partilhas realizadas deram a conhecer alguns aspetos comuns a situações de discriminação em relação a mulheres lésbicas, bissexuais e/ou trans. Apesar das diferenças de percurso de vida de cada uma das mulheres que deu o seu testemunho, foi visível que existem condições estruturais na sociedade que suportam e alimentam situações de experiências de discriminação. Mas, para além dos aspetos em comum, foi possível realçar de que forma as interseções de vários aspetos de uma identidade contribuem para a experiência de múltiplas discriminações.

SER MULHER. SER IMIGRANTE

Cyntia de Paula

Presidente da Direção Casa do Brasil de Lisboa
Psicóloga e doutoranda em Estudos de Género

No contexto do projeto Memória e Feminismos: Múltiplas Discriminações, a tertúlia Mulheres Imigrantes|Múltiplas Discriminações foi realizada no dia 26 de fevereiro de 2018, no Centro de Cultura e Intervenção Feminista, em Lisboa e teve como participantes além de Cyntia de Paula, mais 2 mulheres imigrantes: Patrícia Peret, advogada, natural do Brasil e Alina Dudcó, jurista e dirigente associativa, natural da Moldavia. As trajetórias de vida enquanto mulheres imigrantes apresentadas nessa sessão fazem-nos refletir sobre o facto do processo migratório ser um momento repleto de desafios, de desconstrução e aprendizagem de novos signos e significados.

Ser mulher é por si só condição para diversas opressões por parte de um sistema machista e patriarcal. No processo de integração num novo país as opressões associadas ao género e a condição de imigrante somam-se e multiplicam-se. A discriminação e a desigualdade de oportunidades baseiam-se na classe social, na cor da pele, no sotaque, nos estereótipos, na etnia, na geografia além do facto de se ser mulher. Como foi citado na intervenção de Cyntia de Paula:

Eu, enquanto mulher brasileira, branca, qualificada, se calhar tenho uma experiência também diferente de outras mulheres brasileiras negras, de outros contextos socioeconómicos...a experiência migratória pode ser diferente para outras mulheres que vêm da mesma origem do que eu, do mesmo território de origem, pois somam-se experiências de discriminações.

Não é possível olharmos para as mulheres imigrantes que contabilizam 51,2% da população imigrante em Portugal, em situação regularizada e não identificarmos inúmeras situações de opressões por serem mulheres oriundas de outras áreas geográficas. ao conhecermos as suas histórias de vida não identificarmos inúmeras situações de opressões por serem mulheres oriundas de outras áreas geográficas. São histórias de dificuldades para o acesso aos direitos fundamentais como a habitação ou a saúde, apenas por serem mulheres de nacionalidade brasileira, por

exemplo, com justificativas fundamentadas em estereótipos e preconceitos. O assédio sexual em diversos contextos é vido por mulheres imigrantes oriundas de algumas ex-colónias, assédio esse exercido pelo agressor na certeza de que são corpos disponíveis, fáceis, hipersexualizados, que merecem menos respeito. Como apresentou Patrícia Peret, advogada brasileira a trabalhar em Portugal:

Eu senti também alguma discriminação pelo facto de ser mulher brasileira. Várias vezes senti alguma tomada de liberdade para além daquilo que seria normal. [ouvi] Comentários pejorativos a respeito de mulheres brasileiras. Também já ouvi comentários, como por exemplo: “você é muito quietinha, você é comportada, você não se veste de forma muito insinuante, você nem sequer parece que é brasileira”. Acho que esses comentários são comentários negativos a respeito da minha comunidade e penso que não são representativos, mas estereotipados. O que me leva a pensar até que ponto pode se classificar as mulheres brasileiras com esse estereótipo. Até que ponto aquelas que não se enquadram no estereótipo não são percebidas como brasileiras e portanto, não contam para aquele tipo de preconceito, porque não se percebe, se mistura com outras tantas possíveis nacionalidades.

Durante a tertúlia estabeleceu-se uma interligação entre as participantes e o público assistente. Nessa conformidade e relativamente aos estereótipos de que são alvo as mulheres negras oriundas das ex-colónias, ouvimos de Susana D. o seguinte testemunho:

Eu não sou imigrante, mas fui considerada imigrante, no meu próprio país. Nasci no Hospital São Francisco Xavier, no dia 23 de outubro de 1993. Mas só há 4 anos, quando fiz 18 anos é que eu tive a minha nacionalidade portuguesa. Vivi 18 anos da minha vida a ser considerada estrangeira, no meu próprio país.

Quero falar de uma situação pessoal, que me aconteceu quando tinha 13 anos e decidi fazer a minha 1ª consulta de planeamento familiar no Algarve. Eu queria saber o que é podia fazer (não estava a pensar iniciar a minha vida sexual, mas essas coisas pairavam na minha mente) e uma amiga aconselhou-me a ir. A enfermeira que estava de serviço, olhou para mim e, no decorrer da conversa aconselhou-me que a melhor solução para o meu caso seria o DIU [dispositivo intrauterino], porque vou ter tendência a ter muitos filhos. Eu tinha 13 anos de idade! Em conversa com outras raparigas do mesmo fenótipo que eu – negras, percebi que isto é muito comum. É muito comum, quando somos novas, adolescentes, ainda, dizerem que o DIU é o mais indicado para nós, ou a pílula

intrauterina. Uma vez que partem do princípio que nós iremos ter muitos filhos e temos que ser controladas.

As histórias de desigualdades de oportunidades estendem-se ao trabalho. Este reservado para os cuidados e serviços, para a exploração no trabalho doméstico e a não consideração de outras competências previamente adquiridas, são situações recorrentes. Os relatos da desqualificação profissional na procura por trabalhos qualificados, o comportamento e as crenças veladas de que a educação no país de origem é pior e que certamente esta mulher imigrante apenas está apta para a servidão são também situações recorrentes. Como relatou Alina Duóco, natural da Moldávia na sua intervenção:

Pessoalmente, tenho formação em Direito, fui magistrada no meu país. Aqui infelizmente, não consegui entrar na magistratura. Eu cheguei cá, tirei a toga, deixei a minha toga lá. E, vim para cá e comecei como empregada interna. Por isso passei muitas coisas. Provavelmente não era agradável de ouvir: “O teu lugar é na cave, por isso tens lá um quatinho, por isso deixa-te estar lá. Senti, outra situação [discriminação] na minha vida, quando foi lá um grande banquete, naquela casa onde estava a trabalhar. A dona da casa pediu-me para ir lá acima e senti-me sabe como? (por isso eu não gosto de ir muitas vezes ao zoo). “Olha, tu sabes quem eu tenho como empregada? Vocês nunca vão adivinhar”, ela estava a dizer aos seus convidados. [e continuou] “ah! é uma magistrada”. “Olha, eu não, a minha foi uma lavradora e tu tens aqui uma magistrada para te limpar os quartos de banho”. Mas qualquer trabalho é bom, eu digo por mim, qualquer trabalho é bom a partir que é honesto. Sinto-me bem com aquilo que fiz.

Tantos preconceitos respaldam comportamentos discriminatórios mesmo dentro das universidades, por parte de colegas e professoras e professores que arriscam fazer piadas em praça pública sobre o sotaque ou a “menor” qualidade do ensino superior no país de origem ou mesmo a ideia de que, no caso das mulheres brasileiras, estão à procura de maridos ricos e trabalho sexual, apenas. Com todo o respeito que este último merece na garantia de iguais direitos e deveres das trabalhadoras.

As situações de opressões vividas por mulheres imigrantes impedem o exercício pleno da cidadania, o igual acesso à igualdade de oportunidades, diminui o sentimento de pertença, afeta o bem-estar e muitas vezes potencializa o sentimento de fracasso e o isolamento.

As políticas públicas que buscam garantir a igualdade para as mulheres no geral e as políticas de imigração, precisam de olhar de forma interseccional, e conhecer de perto as trajetórias das mulheres imigrantes em Portugal. É preciso refletir de que forma a pertença a outras geografias afetam o acesso à igualdade de direitos e deveres para essas mulheres.

Portugal é um país multicultural e o percurso de mulheres de outras nacionalidades que aqui escolheram viver, trabalhar, estudar precisam ser valorizados e os direitos assegurados, nas suas mais diversas características. Nenhuma desigualdade de oportunidades pode ser baseada na geografia, no sotaque, na etnia, no género.

As trajetórias das mulheres que participaram da tertúlia cruzam-se nas experiências diretas, ou indiretas, vivenciadas. Os estereótipos podem ser diferentes para diferentes nacionalidades, mas muitas vezes são a base das discriminações e do impedimento do acesso à igualdade de oportunidades, seja no trabalho, na ocupação do espaço público, nos acessos aos direitos fundamentais necessários para a participação e o exercício da cidadania.

A participação de mulheres imigrantes nas diversas esferas da sociedade, política e social, deve ser fomentada e valorizada para que elas possam cada vez mais serem parte do processo de transformação social.

MULHERES CIGANAS

UMA APOSTA NA EDUCAÇÃO DAS MULHERES

Texto elaborado por Teresa Sales com base nas intervenções das mulheres de etnia cigana que participaram na tertúlia deste projeto

Podemos dizer que basta ser-se Mulher para se ser discriminada, todas nós passámos por isso, em algum momento da nossa vida – quer tenha sido na escola, no trabalho ou mesmo no espaço público.

No entanto, há grupos sociais que são mais vulneráveis às discriminações. É nesse sentido que o projeto Memória e Feminismos, quis neste ciclo das Múltiplas Discriminações ouvir algumas representantes da comunidade cigana.

Digo ouvir, porque o projeto Memória e Feminismos privilegia o discurso oral e as conversas informais com as mulheres. No âmbito do projeto Memória e Feminismos: Múltiplas Discriminações, no dia 24 de março de 2018, no Centro de Cultura e Intervenção Feminista da UMAR, na cidade de Lisboa, realizou-se uma tertúlia com Mulheres Ciganas. Estiveram presentes Alzinda Carmelo (AMUCIP), Vitória Caramelo e Manuela Maia (Centro ROMI). No Seminário Final do referido projeto ouvimos Sónia Matos (vice-presidente da AMUCIP). Vitória Carmelo e Manuela Maia têm aproximadamente 27 anos, ao passo que as idades de Alzinda Caramelo e Sónia de Matos rondam os 43 anos.

As mulheres ciganas sempre se expressaram oralmente e transmitiram conhecimentos ancestrais através da palavra dita. Por este motivo, retiramos desta tertúlia, as suas vozes, para reflexão da sociedade maioritária na senda de uma breve e eficaz inclusão desta comunidade, graças ao trabalho de duas associações de mulheres ciganas – AMUCIP e Centro ROMI.

Uma aposta na educação das mulheres

Segundo Alzinda Caramelo: *A comunidade cigana é uma comunidade em que se tem de trabalhar passinho a passinho, principalmente, nós mulheres, porque o*

foco grande da comunidade cigana é a mulher. E o papel da mulher, é um papel importante. Nós quando nascemos somos criadas para ser boas mães, boas donas de casa e boas vendedoras. É este o papel da mulher cigana. Portanto a mulher cigana não estuda, não é porque não quer, é porque não pode. Não fica bem dentro da comunidade cigana uma menina fazer mais do que a 4ª classe.

No decorrer da sua intervenção Sónia de Matos observa que: *uma mulher cigana é sempre filha de..., mulher de..., ou viúva de...O nome esse não tem, é difícil adquiri-lo. Ela tem nome e tem muita força dentro de casa, porque o homem ouve a mulher. Mas fora, na sociedade, o homem tem que manter aquele “aspeto” em que ele é que manda. Mas, a cabeça dele já vai feita quando sai de casa. Portanto, a mulher como todas as mulheres tem “muita arte”, a gente consegue lá chegar. Agora, a gente não pode é lutar e dizer “eu estou aqui, consigo vencer!”. “Não!” Aí estamos a ir de forma errada.*

No decorrer da tertúlia Alzinda Caramelo constata que: *a mulher da sociedade maioritária já alcançou muito, enquanto que, as mulheres da comunidade cigana estão a dar esses primeiros passinhos, porque essa necessidade surge agora na comunidade cigana. São as mulheres que estão a demonstrar que conseguem ser ciganas, ter estudos, serem donas de casa, boas mães, trabalhadoras, sem deixarem de ser ciganas.*

Manuela Maia na sua intervenção reitera a preocupação de Alzinda Caramelo especificando: *nós somos mulheres ciganas que queremos mudar a nossa forma de viver. Atenção, que há muita gente que pensa que nós queremos mudar porque não gostamos, que a nossa cultura não é aquilo que a gente queria. Isso é errado. Nós amamos a nossa cultura e nós gostamos de ser quem somos, só entendemos que temos de nos integrar mais na sociedade para podermos continuar, porque entendemos que a falta de estudo está a dificultar-nos muito. Mas não é porque nós queiramos mudar e sermos mulheres não ciganas, não, isso é errado. Nós queremos ser mulheres ciganas, formadas, informadas e estamos aqui para trabalhar. Estamos aqui no meio da sociedade maioritária com voz.... Somos mulheres capazes! é isso que nós também queremos mostrar com o nosso centro ROMI. O nosso objetivo com o centro ROMI é a integração de mais mulheres ciganas, que elas vejam em nós o exemplo. Nós queremos mostrar-lhes que podemos ser mulheres ciganas e sermos mulheres capazes – podemos trabalhar, podemos estudar...queremos aumentar a nossa escolaridade. Também, como um incentivo para mostrar às mulheres que temos de estudar, que temos de nos integrar; aos nossos filhos, porque chega a uma idade que as crianças, não sei*

o que é que têm, mas começam a desgostar da escola. E eu tenho o 6º ano, não tenho muita voz para dizer “filho, tu tens de estudar!”. Então, o que é que eu fiz? e o que é que eu vou fazer? Vou estudar também, para poder mostrar aos meus filhos o que eles têm de fazer.

Sobre a sua experiência de vida Vitória Caramelo, diz-nos: eu fiz até ao 4º ano, sempre tive muita dificuldade na escola. Sempre! Mais na parte da escrita, mas sempre fui muito de teatros, de danças. Então, sempre fui para o meio disso. Chegou a uma altura que tive de sair da escola. Fiz o 4º ano. O meu pai quis que eu sáísse, eu saí. O meu foco era ser mãe, ser dona de casa e cuidar da família, mas houve uma altura em que me chamaram para esta associação – somos o ROMI – e aí fui ver que tinha coisas que pensava que não tinha: que sou uma mulher e que também sei fazer coisas que eu pensava que não sabia fazer. Hoje, estou neste projeto há 3 anos, vou entrar na escola, vou tirar o 5º, o 6º, o 7º. Vamos lá ver o que é que eu vou tirar? Vejo que posso ser alguma coisa, mesmo sendo cigana - porque nunca vou deixar de o ser. Nunca vou deixar de ser mãe, nunca vou deixar de ser mulher, mas também sou uma mulher que quer avançar, que quer ter o seu próprio trabalho, porque eu não quero ser chamada “olha a cigana que não tem estudos! Olha a cigana que não sabe escrever! Olha a cigana que não sabe trabalhar!

Sobre este assunto remata Sónia de Matos: Eu sou a 1ª a dizer que aplaudo a mulher que pretende ser doméstica, que quer ser mãe, quer ser esposa, porque não? É uma profissão como outra qualquer, tão digna como outra qualquer, mas que tenhamos a liberdade de escolha, para o fazer. É nessa base que a associação [AMUCIP] trabalhou ao longo desses anos todos. Batalhou!

Sobre o papel da associação em prol do desenvolvimento da comunidade cigana, fala-nos Alzinda Caramelo: há um reconhecimento da comunidade cigana, em que existe uma associação de mulheres ciganas, que não deixou de ser cigana por fazer um percurso diferente e que sempre lutou pelos direitos das mulheres. Passados estes 17 anos, a AMUCIP está num patamar completamente diferente, porque há um reconhecimento da comunidade cigana, em que existe uma associação de mulheres ciganas, que não deixou de ser cigana por fazer um percurso diferente e que sempre lutou pelos direitos das mulheres. Direitos esses que são empoderá-las, dar voz, tirá-las de casa – que é o trabalho que eu tenho vindo a desenvolver com o centro ROMI e com outras jovens com que estou neste momento a trabalhar, para elas subirem a escolaridade porque sem educação não chegamos a lado nenhum. É a grande ferramenta para nós

podermos dar o salto e podermos gritar. Portanto, o nosso foco agora é que o centro ROMI se crie como uma associação e está muito perto para o fazer e que estas mulheres possam e, através delas, outras mulheres sigam o mesmo passo. Há uma grande envolvência das mulheres ciganas no concelho do Seixal, porque querem dar o salto, porque querem dar o grito, porque precisam de trabalho, porque precisam mudar a sua vida, porque não conseguem viver.

Sobre discriminações

Nesta tertúlia quisemos escutar as mulheres desta comunidade sobre as discriminações de que são alvo por parte da sociedade maioritária. Sobre este assunto diz-nos Alzinda Caramelo:

Discriminação?... temos muito para falar sobre isso. Sendo nós mulheres, todas nós sofremos com isso; sendo nós mulheres ciganas, ainda sofremos muito mais. Discriminação pelo facto que, na nossa comunidade, a mulher cigana está sempre um passo atrás do homem. Sempre. Quem vai à frente é o homem e a mulher vai sempre atrás muita gente não sabe o poder e a voz que a mulher cigana tem na sua casa, nas suas próprias casas. Têm muita voz e muito poder. Depois na rua o homem é que manda, e isto é o que se passa, na realidade da comunidade cigana.

Voltamos a ouvir Vitória Carmelo: eu estava grávida do meu último filho, estava com super contrações e fui lá dentro e a médica disse “vai andar e depois quando tu andares, voltas”. Eu voltei e quando voltei, anularam-me a inscrição e começaram a dizer “a cigana já está aqui a gritar” – eu não estava a gritar, estava simplesmente a pedir o meu direito. A doutora disse para eu ir andar e para eu voltar. Mas eles estavam logo a dizer “olha a cigana”. Eu sinto mais humilhação nos médicos e no centro de emprego porque eu sou a cigana que não sabe escrever e não há ninguém que nos ajude.

No centro de emprego, a gente sente muito, somos tratadas como as pessoas que recebem o RSI e se for preciso, a gente não sabe escrever – como é normal, nós não temos escolaridade, porque não podemos, porque somos educadas a não irmos. Sabemos que está mal, está. Eu, se tiver uma filha, ainda não tenho, mas futuramente hei de ter, eu quero que a minha filha estude, porque já tenho outra maneira de pensar.

Também vou falar aqui um bocadinho da minha mãe. Ela é viúva, infelizmente já não tenho cá o meu pai, mas é uma mulher muito para a frente. É uma das

mulheres ciganas que eu conheço mais para a frente. Chegou um tempo que ela viu que a venda já não dava, não estava a resultar, e ela tentou ir à procura de trabalho. No meio da Olga Mariano, ela conseguiu arranjar trabalho num hotel. Ela trabalhou lá durante um ano e durante esse ano, ela sempre foi respeitada como a Vitória, não como a cigana. Ela explicou “como viúva, tenho que me vestir da maneira de viúva, eu não posso tirar a minha roupa de viúva para ir trabalhar. Eu sou assim, se me quiserem aceitar, aceitam, se não me quiseram aceitar, não me aceitam. Mas eu não vou tirar a minha maneira de vestir. Se vocês quiserem, aceitam-me. Com limpeza, claro que sim! vestida à cigana, mas com limpeza. Eles aceitaram e ela esteve no hotel durante um ano. Houve lá uma situação em que desapareceu um relógio ou desapareceu qualquer coisa. Quem é que ficou a culpada? A cigana. E a cigana nunca fez nada. A minha mãe nunca fez nada. Depois provaram que não foi a minha mãe.

A gente sofre muito na pele porque até para arranjarmos casa, ninguém nos aluga casa porque somos ciganos. Mas ninguém vê que ninguém nos dá trabalho porque eu sou cigana. Quem é que me vai dar trabalho a mim? Mesmo que eu tenha estudos, tenho logo o título “sou cigana” e ninguém me vai dar trabalho. Como ninguém me dá trabalho, eu não posso alugar casa.

MULHERES TRABALHADORAS DO SEXO

Texto elaborado por Teresa Sales com base nas intervenções das mulheres trabalhadoras do sexo que participaram na tertúlia do projeto: Memória e Feminismos: múltiplas discriminações.

As únicas pessoas que podem falar sobre nós, somos nós. Esta frase é de uma das participantes da tertúlia de 12 de maio, realizada no Centro de Cultura e Intervenção Feminista da UMAR, em Lisboa, sobre trabalho sexual. Contou com a participação de 3 trabalhadoras do sexo e 1 ex-trabalhadora. Todas elas se prontificaram a dar o seu testemunho. Com uma média de idade a rondar os 36 anos, sendo uma romena, duas portuguesas e uma brasileira. Uma destas mulheres é transexual e afrodescendente, a trabalhar entre Berlim e Portugal; e outra portuguesa a trabalhar em Londres.

A tertúlia teve uma assistência de 32 pessoas, atentas, escutando o que só as trabalhadoras do sexo podem falar. Entretanto, estabeleceu-se um diálogo entre público presente e as participantes.

Procuo dar uma panorâmica do que passou naquela tarde de sábado, através das frases por nós avançadas e retiradas do registo áudio produzido durante a sessão.

Procurei contextualizar as questões que foram expostas agrupando-as segundo subtítulos.

Discriminações

Diz-nos Mariana: *nós passamos a vida a ser objeto para toda a gente(...)*A gente discrimina-nos por estarmos ali.

Contrapõe Fátima de Souza: *a minha senhoria pediu para eu não sair com decotes, para não mostrar que sou puta, tudo isso.*

Sobre as discriminações de que são alvo refletem Margarida e Melina, assim e segundo Margarida: *a minha experiência como trabalhadora sexual e as*

discriminações que tenho dentro advém também das próprias interseções, opressões que sofro como pessoa, como mulher trans, lésbica, emigrante, mestiça, sobrevivente de violação.

Para Melina: *O problema é definitivamente a forma como a sociedade nos vê e que nos retira completamente os nossos direitos.*

Falta de direitos

Sobre a falta de direitos diz-nos Melina: *não temos direitos nenhuns. É muito complicado mesmo em termos laborais...infelizmente continua a ser um trabalho onde nós podemos ser alvo de violência, exatamente pelo facto que a sociedade nos vê como alguém que não merece humanidade.*

Segundo Mariana: *Eu entrava num carro e não sabia se voltava. Se nós tivéssemos segurança, pessoas que estivessem ali caso acontecesse alguma coisa, talvez assim não nos desgastássemos tão depressa. É que falamos só do corpo, mas também há a mente.*

Para Margarida: *Quando ocorrem algumas coisas más com clientes, não podemos ir à polícia, não temos nenhum modus operandi legal para nos proteger. E mesmo quando somos violadas por clientes, abusadas por clientes, ou quando os clientes não nos pagam...vamos à polícia e o que é que isso faz? Porque já tive a situação de me dizerem < ah, mas és trabalhadora do sexo? Então vamos prender-te é a ti>. Ou então, <de certeza que era violação?> Não nos levam a sério.*

Assegura Fátima: *Em Lisboa. Em minha casa se eu for atender um cliente, vão falar. O senhorio me manda embora. Por isso voltei para a rua...Não há quarto para trabalhar. Há pensões que não aceitam homossexuais. Elas andam no Conde Redondo, elas não têm possibilidade de ir para uma pensão.*

Quero ainda falar: *esses anos que eu estou na rua, eu vi que as casas, ou os quartos estão caríssimos. Por exemplo se vai alugar um apartamento por 700€, vai lá e aluga cada quarto por 500€. Você atende o cliente em casa. Hoje você não acha mais. Porque as pessoas que vivem nos prédios não querem mais isso. Acham que são donos de tudo. Se você pensa que compra um apartamento com escritura e tudo em teu nome e pensa que vai poder fazer isso, está muito enganada. Eles não vão deixar.*

Margarida: especialmente mulheres como eu, são o lado mais marginalizado da indústria: mulheres trans, negras, imigrantes, trabalhadoras de rua de bordéis, somos as que geralmente estão mais excluídas dentro da indústria. Mesmo dentro dos círculos políticos de mulheres que lutam pelos direitos das trabalhadoras de sexo, somos as que temos menor representabilidade. Geralmente, são mulheres brancas, de classe alta que têm muito mais voz porque podem apresentar-se politicamente sem terem medo de repercussões.

Direitos laborais

Falando sobre a prostituição Melina indica: eu acho que é um trabalho. A minha ligação com o trabalho do sexo é bastante positiva. Aquilo que estamos a pedir é termos direitos laborais, como toda a gente tem. Eu tive 40 trabalhos antes de ser puta porque o trabalho da forma como ele está agora não encaixa comigo. Aquela coisa de termos de trabalhar em trabalhos precários, normalmente nunca temos dinheiro que chegue até ao final do mês e temos de ter mais do que um trabalho ao mesmo tempo. E, estarmos sujeitas a abusos, assédio sexual, essas coisas todas.

Mariana: ninguém ficou rico desta vida nem vai ficar. Vamos supor, uma prostituta trabalha durante 40 anos e junta o dinheiro. Mas chega aos 60 e aquele dinheiro não é junto, vai-se gastando. Não estou a dizer que não compro uma casa, que não tenho uma vida mais ou menos. Mas para depois sustentar aquela casa, o carro e depois os filhos? O dinheiro vai. Um advogado um farmacêutico ou um médico trabalham e não ganham assim tanto quanto nós. Mas têm uma segurança que nós não temos”. [se tivéssemos essa segurança] “era menos doloroso para nós, caso fosse aceite como um trabalho.” Enquanto o Estado não nos der direitos, porque é que tenho de ser catalogada?

Uma das formas de conseguirmos fazer com que as pessoas nos oiçam é através da arte

Melina: há em Londres um pequeno almoço só para trabalhadoras do sexo... num desses pequenos almoços, em 2014, estava alguém que teve a ideia de fazer uma peça de teatro com trabalhadoras do sexo. Foi assim que eu entrei para o sex workers opera que é basicamente um show multimédia onde nós recolhemos histórias de cerca de 50 países. Temos os shows sempre esgotados desde 2014 e mostra a luta que nós temos diariamente, o estigma que a sociedade nos dá, a violência da polícia e também expõe fatores como a família, o amor. E, como é tão difícil gerir essas relações.

“Uma das formas de conseguirmos fazer com que as pessoas nos oiçam é através da arte.”

Fátima ficou muito recetiva à possibilidade de se ver envolvida em eventos como sex workers opera e em resposta à Melina, em jeito de brincadeira: *arranja uma vaguinha para mim...*

Feminismo e trabalhadoras do sexo

Sobre a forma como algumas feministas olham as trabalhadoras do sexo, refere Melina: *Outro grande problema é em termos do feminismo. Obviamente, que o feminismo não é problema nenhum. É bastante necessário, no entanto, algumas mulheres feministas não percebem que o facto da violência connosco representa a violência para todas as mulheres...precisamos que as pessoas, mesmo que não concordem, que estejam na página de perceber que é uma questão de direitos humanos e não interessa onde é que as vossas morais estão. O que interessa é que estejam com as mulheres todas, incluindo as putas.*

Como forma de ajudar a luta das trabalhadoras do sexo Melina diz-nos ainda: *uma das formas é em qualquer debate, incluir uma trabalhadora do sexo. Mas isso não quer dizer que seja a nossa identidade, temos sempre alguma experiência em termos de sermos excluídas de conversas, o que se calhar a melhor forma é ter uma trabalhadora do sexo no painel.*

Margarida em tom de remate final: *As únicas pessoas que podem falar sobre nós, somos nós.*





Painel com investigador/as

